

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Anna Cláudia Bueno Fernandes

CORPO ESPARTILHADO E CORPO LIBERTADO:
OS DEBATES SOBRE A ABOLIÇÃO DO ESPARTILHO NO *NEW YORK*
TIMES DURANTE A DÉCADA DE 1890

Porto Alegre
2010

Anna Cláudia Bueno Fernandes

CORPO ESPARTILHADO E CORPO LIBERTADO:
OS DEBATES SOBRE A ABOLIÇÃO DO ESPARTILHO NO *NEW YORK*
TIMES DURANTE A DÉCADA DE 1890

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito parcial do
título de bacharel em história.

Orientação: Prof^ª. Me. Cláudia Mauch.

Porto Alegre
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História/Comgrad História

ATA DE AVALIAÇÃO - TCC

Aos sete dias de dezembro de 2010, reuniu-se a Banca de Avaliação para, em sessão pública, realizar a avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de História intitulado Corpo espartilhado e corpo libertado: os debates sobre a abolição do espartilho no "New York Times" durante a década de 1890 de autoria de Anna Cláudia Bueno Fernandes número do cartão da UFRGS 143880, sob a orientação do(a) professor(a) Cláudia Mauch. Após os procedimentos de avaliação, os membros da Banca decidiram APROVAR o Trabalho, atribuindo a ele o conceito A. E por ser verdade, eu, professor(a) Cláudia Mauch, presidente dos trabalhos da Banca de Avaliação, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por seus demais membros.

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2010.

Presidente Prof(a). Cláudia Mauch: Cláudia Mauch
Nome Assinatura

Avaliador Prof(a). Vanderlei Machado: Vanderlei M.
Nome Assinatura

Avaliador Prof(a). Anderson Z. Vargas: Anderson Z. Vargas
Nome Assinatura

“A memória seletiva é uma criada da moda.”
Caroline Weber

RESUMO

O presente trabalho aborda a construção da feminilidade através do uso do espartilho, ao longo do século XIX. O objetivo central desta monografia é a análise dos debates que incentivavam a abolição deste item do vestuário, presentes nas matérias do jornal *New York Times*, na década de 1890. Com esta pesquisa, é buscado entender a função política do vestuário, principalmente o controle exercido por este no corpo feminino. Para isto, são relacionadas as teorias da construção da aparência, as políticas do corpo e a dominação masculina, para enfim mostrar como o espartilho – ou sua abolição – aparece nos artigos em termos de “opressão” e “libertação”.

Palavras-chave: Espartilho. Corpo vestido. História das mulheres. *New York Times*.

ABSTRACT

The present work approaches the femininity's build through the use of the corset, during the 19th century. The central goal of this study is the analysis of the debates that encouraged the abolition of this item of clothing, present in the *New York Times*, in the years of 1890s. This research seeks for the understanding of the political function of dress, especially the control exercised by this in the female body. In order to do that, the theories of appearance's building, political body and male domination are related, so that is possible to show how the corset – or its abolishment – are showed in the articles in terms of “oppression” and “freedom”.

Keywords: Corset. Dressed body. Women's History. *New York Times*.

LISTA DE FIGURAS (ANEXO 1)

Figura 1. Diversas formas de espartilho retratadas em um artigo sobre o espartilho higiênico.	66
Figura 2. <i>Madre Natura Versus the Moloch of Fashion</i> , por Luke Limner, 1874.	66
Figura 3. <i>Suspeita</i>	66
Figura 4. À Esquerda, figura da posição normal dos órgãos. À Direita, figura da disposição dos órgãos em um corpo espartilhado.	67
Figura 5. <i>One of the delightful results of bloomerism. - the ladies will pop the question</i> . Punch, jul. - dez. 1851.	67
Figura 6. <i>Bicycle, sewing machine - it's all technology</i> . Punch, 12 jan. 1895.	68
Figura 7. <i>For afternoon wear</i>	68
Figura 8. <i>Fine taille, horribles details</i> , de Dr. G. J. Witkowski, <i>Tetoniana</i> , 1898.	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CORPO ESPARTILHADO	13
1.1 A figura feminina após a Revolução Francesa.....	13
1.2 Era Vitoriana.....	16
1.3 A burguesia e a classe trabalhadora	18
1.4 Aparência e vestuário	19
1.5 Políticas do corpo	21
1.6 Dominação masculina do corpo feminino.....	26
2 CORPO LIBERTADO	31
2.1 Os depoimentos médicos e os efeitos do espartilho no corpo	32
2.2 A Reforma do Vestuário.....	38
2.2.1 Reformistas do vestuário	39
2.2.2 Conselho Nacional de Mulheres	42
2.2.3 A Bicicleta	47
2.2.4 “Reforma” não, “alternativa”	49
3 OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	51
3.1 Corpo “desespartilhado” e emancipação feminina.....	51
3.2 O consentimento feminino	53
3.3 Libertação e mudança de significado	57
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
Fontes	62
Bibliografia.....	63
Imagens.....	64
ANEXO 1	66

INTRODUÇÃO

Uma barba do espartilho de Nívea quebrou-se, cravando-se-lhe uma ponta entre as costelas. Sentia-se sufocar dentro do vestido de veludo azul, com a gola de renda demasiado alta, as mangas muito estreitas, a cintura tão apertada que, quando tirava o cinto, passava uma boa meia hora com retorcidelas de barriga até as tripas se acomodarem na sua posição normal. Tinham discutido isso muitas vezes, ela e as amigas sufragistas, e haviam chegado à conclusão de que, enquanto as mulheres não encurtassem as saias e o cabelo e não despissem os saiotes, tudo ficava na mesma, mesmo que pudessem estudar medicina ou tivessem direito a voto, porque de modo algum teriam coragem de o fazer; ela própria não tinha coragem para ser das primeiras a abandonar a moda.¹

A Casa dos Espíritos, Isabel Allende

Em uma palestra sobre moda na literatura, com foco na escritora Virgínia Woolf, a professora Joana Bosak de Figueiredo comentou que em uma passagem do livro *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, uma das personagens afirma que a mulher não será livre enquanto ainda estiver sujeita às suas roupas. Podemos encontrar a moda na literatura, pois muitos escritores se utilizam do vestuário de seus personagens como entrelinhas de sua personalidade. Mas o que chama atenção à citação de Isabel Allende é a relação que Nívea faz entre a “libertação” social da mulher com a libertação de seu corpo. O vestuário não comunica apenas a beleza, e alguns autores viram inseridos nele a opressão e a submissão da mulher, presa em uma jaula de armações, amarrações e tecidos. A partir deste ponto de vista, do corpo feminino contido por seu vestuário, esta pesquisa pretende abordar um objeto específico – o espartilho –, sua função social e seus opositores, no final do século XIX.

“O espartilho é provavelmente a peça do vestuário mais controversa de toda a história da moda”,² afirma Valerie Steele em seu estudo sobre a história social do espartilho. O espartilho é uma peça do vestuário feminino baseada na sustentação do tronco e na redução da cintura por meio de barbatanas metálicas e amarrações nas costas. Durante o século XIX, a maioria das peças consistia de metal ou barbatana de baleia, envoltos em tecidos resistentes, e era fechada por laços que passavam por ilhoses (conforme esses laços eram apertados, o tronco era mais ou menos comprimido). Ao longo do século XIX, foi criado o sistema de *busks*, painéis removíveis de aço ou osso, que tornavam a peça ainda mais firme. O propósito do espartilho era levantar e dar forma aos seios, melhorar a postura, e diminuir levemente a cintura, atribuindo ao tronco a forma de “V”. A partir de 1830, com o início da Era Vitoriana, o espartilho começou a tomar a sua forma conhecida de “ampulheta”, ou silhueta em “X”. Na metade do século XIX, uma nova forma de espartilho foi criada. Chamado de “espartilho higiênico”, a peça levava em consideração as curvas femininas, e terminava alguns centímetros abaixo da cintura, assim, o corpo feminino adquiriu uma nova forma, a de “S”.³

¹ ALLENDE, Isabel. *A casa dos espíritos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

² STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 1.

³ Algumas formas do espartilho e seu efeito na cintura feminina estão apresentadas na Figura 1, do Anexo 1.

Partindo da bibliografia sobre o espartilho nos séculos XVIII e XIX, esse trabalho visa analisar as formas como mulheres e homens se relacionaram com essa peça do vestuário, as representações sociais e de gênero a ela associadas e as controvérsias suscitadas pelos seus usos. Para a realização desta pesquisa, foram consultados dois livros que abordam de forma distinta o espartilho no século XVIII e XIX. Ambos são fundamentais para o aprofundamento do assunto, por não serem apenas uma discussão do que as autoras pensam, mas por apoiarem seus argumentos em fontes primárias retiradas de diários, revistas, jornais, livros, propagandas, ilustrações e caricaturas. Além disso, servem como um guia para o que foi escrito até então, e localizam os vários setores que discutiam o uso do espartilho. No primeiro, *Bound to please*,⁴ Leigh Summers aborda a maneira como o espartilho operou para construir, definir e reforçar como a mulher se entendia como feminina, como ser sexual, e em relação a homens e à sociedade. Sua intenção é identificar como o espartilho oprimiu as mulheres, fisicamente e emocionalmente. Para isso, a autora examina o papel da peça na construção de uma feminilidade apropriada da burguesia vitoriana e explora o modo como o uso do espartilho influenciou e controlou os corpos e mentes dessas mulheres. O objetivo de Summers é problematizar o vestuário, mas também oferecer um exame bem sustentado de seu papel na vida das mulheres, para revelar porque era tão popular, apesar de seus desconfortos e, algumas vezes, perigo. A autora aborda tanto o contexto britânico quanto o americano, para apontar tendências e assuntos corporais em comum às mulheres vitorianas da burguesia, “independente a sua localização geográfica”.⁵

O segundo, *The Corset*,⁶ de Valerie Steele, é uma tentativa de acabar com alguns dos mitos do espartilho, esboçar qual seria sua “verdadeira história”, e quais são seus efeitos reais e comprovados no corpo feminino. Diferentemente de Summers, Steele procura se mostrar imparcial, e não se considera nem defensora nem opositora do espartilho. Seu objetivo é analisar as diferentes experimentações da peça, e, em suas palavras,

o espartilho não foi uma experiência monolítica e imutável que todas as mulheres infelizes tiveram de experimentar antes de serem libertadas pelo feminismo. Foi uma prática situada que significava coisas diferentes para pessoas diferentes em épocas diferentes. Algumas mulheres de fato vivenciaram o espartilho como um ataque ao corpo. Mas, o espartilho também tinha muitas conotações positivas - status social, arte, autodisciplina, respeitabilidade, beleza, juventude e fascínio erótico⁷.

Sobre a importância do estudo do corpo vestido, Villaça & Góez afirmam que “os corpos são objetos marcados pelas normas culturais e a leitura de suas articulações, de sua maior ou menor proximidade, possibilita a compreensão da organização social”.⁸ A roupa não se limita a uma função de proteção, pudor ou adereço, o ato de vestir-se é também o ato de significar. Para os autores

⁴ SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001.

⁵ *Ibidem*, p. 5.

⁶ STEELE, Valerie, *Op. cit.*

⁷ STEELE, *Op. cit.* p. 8.

⁸ VILLAÇA, Nízia e GÓEZ, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998, p. 76.

A moda, na esteira da máscara teatral como representação simbólica, assume numerosas dinâmicas nas configurações intersubjetivas, desde as mais óbvias, que trabalham no sentido de estabelecer distinções asseguradas por códigos rígidos, até as mais sutis, que buscam a diferença na dissolução dos modelos armados sobre pares dicotômicos, referendando sexos, classes, etnias etc.⁹

Para o sociólogo Michel Maffesoli, cabe ao observador social não considerar como os indivíduos de uma sociedade aparentam como uma simples frivolidade, mas como um vetor de conhecimento “uma alavanca metodológica de importância para a compreensão da estrutura orgânica”.¹⁰ No caso do corpo, ele comunica, porque está presente e ocupa espaços; o corpo é visto. A comunicação serve como plano de fundo da aparência e esta

ensina o aspecto sempre e de novo renascente da vida social, sua efervescência contínua, o fato de que ela subsiste em si própria e para si própria, mas para apresentar isto, para vê-lo é preciso que o intelectual saiba integrar o entusiasmo platônico de que falamos. É preciso que se seja suficientemente artista para captar a estética em ação em todo o dado mundano.¹¹

O autor ressalta que as aparências também são feitas de sensações, sentimentos, emoções coletivas. Elas também representam o imaginário de uma época. O estilo de vida mostra a relação com a alteridade, a *sociabilidade* mais complexa, a que diz respeito à memória coletiva, simbólica, do imaginário social. Maffesoli cita uma frase de Umberto Eco, que, embora se refira ao *blue jeans*, pode muito bem ser utilizada no contexto do espartilho: “a roupa-armadura influenciou a postura e, portanto, a moralidade exterior”.¹² Os costumes e a moralidade estão inscritos no vestuário, e, para Maffesoli, são determinados por ele. Por isso, as roupas são “máquinas de comunicar”, a aparência é causa e efeito da atividade comunicacional. Os adornos fundam o corpo social, e constituem sua economia mais específica.

A roupa faz parte da experimentação dos indivíduos. Por mais que uma pessoa não pense no que está usando, ela o sente, seja por seu conforto, seu prazer estético, ou seu padrão de aceitação dentro de um grupo. E se ela é sentida, ela se reflete em comportamentos que podem ser significativos para se entender a sociedade. O espartilho pode comunicar quem era mulher do século XIX. Contudo, a comunicação exercida pelo espartilho é cercada de pontos de vista, e pode possuir mais de uma interpretação. É pensando nisso, e sem as condições de analisar todos os discursos contra e a favor do espartilho, que esta pesquisa se volta para um dos significados que o artigo adquiriu ao longo de sua história. Serão utilizados conceitos que podem auxiliar o entendimento do “espartilho como um ataque ao corpo” e teorias que ajudam a explicar o por quê, se era um ataque, essa peça do vestuário não foi abandonada, durante esse período.

O trabalho parte da “figura respeitável” como construção da imagem feminina que teve início na Revolução Francesa, sendo reforçada na era Vitoriana e rompida com o início do

⁹ *Ibidem* p. 110.

¹⁰ MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 129.

¹¹ *Ibidem* p. 133-34.

¹² ECO, Umberto *apud* MAFFESOLI, op.cit. p. 160.

século XX, na América do Norte. Visando analisar, dentre a multiplicidade de discursos sobre o espartilho existentes no século XIX, os que a partir do final do século se colocavam como críticos do seu uso, foi realizada uma pesquisa em artigos publicados no jornal *New York Times* naquele período. A pesquisa se restringiu aos artigos que tratavam dos efeitos negativos do uso do espartilho e a uma possível reforma do vestuário. Foram selecionados treze artigos do período de 1890 a 1895, disponíveis no site www.newyorktimes.com, que ilustram como as mudanças no vestuário estavam sendo abordadas pela sociedade norte-americana. Esses textos podem ser divididos em quatro abordagens diferentes: a que procurava afirmações médicas contra ou a favor do espartilho, a que mostrava a opinião do autor ou os atos daqueles que queriam a reforma do vestuário, a influência da prática de esportes ao ar livre – principalmente a bicicleta –, e a sugestão de vestuários alternativos, mas não radicais. As matérias revelam desde “dicas” de uma moda sem espartilho, até depoimentos de mortes causadas pelo uso da peça.¹³ Os artigos do *New York Times* contribuem com uma nova visão sobre esses debates, uma vez que as autoras cujas obras referenciam esta pesquisa – Valerie Steele e Leigh Summers – se focaram em grupos específicos, como feministas, médicos e reformistas do vestuário. O *New York Times* foi escolhido por sua aparente neutralidade a respeito da reforma do vestuário, da medicina, e do feminismo. O jornal possui tanto artigos que concordam e incentivam o uso do espartilho, além das propagandas, quanto artigos que apontam argumentos contra a peça, retirados de depoimentos médicos ou de estilistas que pretendiam reformar o vestuário. Assim, nas matérias do jornal, a oposição ao espartilho não fica centralizada em um discurso específico de determinado grupo, ela é sutil, se apropria de idéias que o autor acredita ser relevante.

A estrutura do trabalho foi dividida da seguinte maneira:

- O primeiro capítulo consiste nos referenciais teóricos e na contextualização da era Vitoriana até o início do século XX. Nesta parte, é estabelecido, através da bibliografia, qual era o ideal de beleza feminino e como o seu vestuário contribuiu para este, e essas idéias são relacionadas às teorias sobre políticas do corpo e dominação masculina.

- O segundo capítulo é um estudo do espartilho por meio dos artigos do *New York Times*, seus efeitos no corpo feminino e sua funcionalidade, simbólica e física, além das críticas à peça e de sugestões para a sua substituição.

- Por fim, o último capítulo se dedica a analisar as significações atribuídas pela fonte ao espartilho, e qual a possível relação estabelecida entre a peça do vestuário e a dominação masculina.

¹³ Havia discursos anteriores à década de 1890 que contestavam o vestuário feminino (cf. Figura 2, do Anexo 1), mas os artigos desse período passam a apontar uma possível mudança na sociedade, além de aparecerem em maior número.

1 CORPO ESPARTILHADO

O “triunfo” do espartilho durante o século XIX não teria se dado porque as mulheres vitorianas eram mais oprimidas ou masoquistas que suas predecessoras, mas porque a Revolução Industrial e a democratização da moda permitiram maior acesso das mulheres à peça.¹⁴ A partir da segunda metade do século XIX, a difusão do uso do espartilho levou à incorporação de amplos parâmetros físicos e sociais. Por volta de 1875, a peça ganhou um novo significado; não servia mais apenas para alongar e atribuir curvas ao corpo feminino, a ela se adicionou a função moral:

a burguesia e a aristocracia da era Vitoriana, pelo menos, acreditavam que a roupa poderia ser lida tão facilmente quanto qualquer texto. Isto é, pensava-se que a roupa refletia e indicava a moralidade do seu ocupante. O espartilho era uma ferramenta essencial na precária busca e preservação da figura respeitável.¹⁵

A “figura respeitável” feminina é uma noção que foi reforçada ao longo do século XIX, no Ocidente. Para falar sobre essa construção, é preciso antes mencionar algumas conseqüências da Revolução Francesa. A revolução transformou tanto o pensamento político da época, como os costumes e os papéis; ela tanto renovou os ânimos em seu ápice, como provocou o medo. E, a partir desse medo, resultou em transformações na moralidade e nas relações entre os sexos.

1.1 A FIGURA FEMININA APÓS A REVOLUÇÃO FRANCESA

Antes da Revolução, a mulher já era vista como fisicamente mais frágil que o homem. Daniela Calanca, utilizando fontes do século XVIII, entre elas textos de Jean-Jacques Rousseau e Charles Montesquieu, mostra como a mulher era vista nesse período:

(...) já por sua fisiologia é mais fraca do que o homem. O fluxo periódico de sangue a enfraquece, assim como a gravidez, o aleitamento e a criação dos filhos, um conjunto de fatores que a tornam pouco apta para os trabalhos pesados. A sua inferioridade em relação ao homem é, portanto, legitimada pela própria natureza.¹⁶

Jean-Jacques Rousseau, segundo a autora, afirma que nas mulheres prevalece o instinto sexual, que “as rende ‘naturalmente’ escravas a ponto de nutrirem desejos ilimitados, devoradores e devastadores”. Assim, elas devem ser “trancadas às chaves”, afinal, representam uma “verdadeira ameaça para os homens”. A natureza, sempre a favor do homem, “previu os meios para deter os excessos femininos”, e “dotou as mulheres da vergonha, do pudor, daquele comedimento modesto que se baseia na consciência das próprias imperfeições e mitiga os excessos”.¹⁷

¹⁴ CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p. 35-6.

¹⁵ *Ibidem*, p. 19.

¹⁶ *Ibidem*, p. 96.

¹⁷ *Ibidem*, p. 96.

Calanca mostra que, segundo o pensamento iluminista, o homem não “tem necessidade de prazer, lhe basta ‘ser’”. Já a mulher nasce “vaidosa” e é natural que “exista somente para o olhar dos outros, dos homens em particular”. A sociedade reduz a mulher à aparência, cujo desejo de prazer, nas palavras de Montesquieu, tem uma utilidade social específica, uma vez que a vaidade feminina “introduz a possibilidade de aumentar o comércio e, portanto, a riqueza geral da sociedade”.¹⁸ As mulheres possuem o privilégio da beleza, mas a elas é negada a capacidade intelectual. Elas

não podem pertencer à dimensão da genialidade devido a um princípio psicológico perfeitamente “natural”: a mulher é o ser da paixão, da imaginação e não o ser do conceito. Encontra-se perenemente no estado infantil e é incapaz de ver além do mundo fechado da esfera doméstica, que lhe foi imposta por herança natural. Com base em tal princípio, não pode praticar as ciências exatas. Daí resulta que, para ela, a única ciência a ser conhecida, além de seus deveres (conhecidos intuitivamente), é aquela que se baseia nos sentimentos pelos homens, sobretudo por seu esposo.¹⁹

É por causa de sua inferioridade intelectual e sexual, sua incapacidade de raciocínio, que às mulheres cabe apenas o papel natural da reprodução da espécie. A Revolução Francesa vai reforçar esse raciocínio. Em 1775, Pierre Roussel, autor de *Du système physique et moral de la femme* [Do sistema físico e moral da mulher], criou o tratado que serviu como referência do discurso da mulher durante o final do século XVIII e início do XIX. Para ele, a mulher seria o inverso do homem, identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem seria identificado por seu espírito e sua energia. O sistema reprodutor da mulher era visto como sensível, e sua debilidade intelectual só aumentava essa sensibilidade. O útero seria fator de definição e determinação do comportamento emocional e moral da mulher; seus músculos seriam menos desenvolvidos, e elas optariam pelo sedentarismo. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional tornaria as mulheres aptas para criarem os filhos, assim, “o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães”.²⁰

Roussel também contribuiu para *La Décade Philosophique* [A Década Filosófica], jornal ideológico da Revolução, do qual participava seu discípulo Pierre-Jean-Georges Cabanis. Este não via o sexo feminino de forma diferente, acreditava que os homens eram “biologicamente fortes, empreendedores”, enquanto as mulheres eram “fracas, tímidas e apagadas”. Apesar de sua amizade com mulheres, Cabanis recusava a elas qualquer papel intelectual e político: uma mulher dedicada a uma carreira pública destruiria a família, fundamento da sociedade e da base da ordem natural.

As idéias de Roussel e Cabanis influenciaram Jacques-Louis Moreau de la Sarthe, também colaborador do jornal. Em 1883, Moreau escreveu *História Natural da Mulher*, dois volumes fundamentados na nova ciência da antropologia moral, nos quais a definição para

¹⁸ *Ibidem*, p. 97.

¹⁹ *Ibidem*, p. 97.

²⁰ HUNT, Lynn. “Revolução Francesa e vida privada”. In: PERROT, Michelle et all. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 p.50.

a cultura feminina pode estar resumida no comentário “macho é macho apenas em certos momentos, mas fêmea é fêmea durante toda sua vida”.²¹

Antes da Revolução Francesa, já havia uma tendência de relegar a mulher à esfera privada, mas a Revolução impulsionou as mudanças das relações entre os sexos e da concepção da família. Durante esse período, a vida privada estava ameaçada, o Estado podia intervir na vida familiar, podia decidir os nomes dos filhos do casal, escolher as roupas que as pessoas deveriam usar. As interferências do Estado submetiam a vida íntima da população a pressões “devido à secularização do casamento, à restrição religiosa, à mobilização em massa; a ordem até então tida como natural se tornava instável”.²²

Na virada do século XVIII para o XIX, houve uma tentativa de participação política pelas mulheres revolucionárias que integravam o movimento *sans-culotte*. As líderes de associações que pretendiam projetar as mulheres privadas nas ações políticas eram “jovens emancipadas de modos e gestos livres, uma espécie de aventureiras”, e não donas-de-casa, mães de família ou “moças inocentes que cuidam dos irmãozinhos menores”.²³ Essa característica das líderes era um dos principais medos do Comitê de Segurança Geral, que temia que sua *performace*, que envolvia desde vestuário até atitudes, pudesse masculinizá-las. A possível redefinição dos sexos ameaçava os homens. Em 1793, os deputados decretaram o fechamento das associações femininas, e as “atitudes patriotas das mulheres” foram suprimidas por irem contra a “ordem natural” que identificava a mulher, ou seja, a família.

Inibidas quaisquer tentativas de participação social ou política, o final do século XVIII redefine a mulher ideal como algo entre anjo e criança, totalmente dependente da figura masculina, e, então, sua “estrutura frágil e impotente lhe confere a aparência apreciada”.²⁴ Essa idéia é reforçada no século XIX, quando os papéis de homens e mulheres se tornam mais rígidos. No século XIX, as mulheres passaram a ser associadas ao espaço privado, ao “interior”,

não só porque a industrialização permitia que as mulheres da burguesia se definissem exclusivamente por ele, mas também porque a Revolução tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma inversão da ordem “natural”.²⁵

A mulher tornou-se símbolo do privado, uma vez que sua fragilidade biológica deveria ser protegida do mundo exterior, do público. Essa distinção é notada no modo de vestir, quando os homens abandonam “as fantasias da moda” e assumem um vestuário sóbrio, adequado ao ambiente de trabalho que surgia. As mulheres continuam sua função doméstica, e precisam se embelezar para o chefe da casa, sendo o vestuário uma questão central no universo feminino. A mulher é a “vitrine” do homem; à sua beleza, além do vestuário, também está inscrito seu

²¹ *Ibidem*, p. 51.

²² *Ibidem*, p. 51.

²³ XIMENES, Maria Cristina. *Corpo e roupa: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino do século XIX*, 2004, p. 27.

²⁴ XIMENES, *Op. cit.* p. 27.

²⁵ *Ibidem*, p. 51-52.

comportamento. Perrot²⁶ afirma que as mulheres deveriam, segundo convenções criadas pela “boa sociedade”, ser discretas e dissimular suas formas, de acordo com os códigos do lugar e do tempo em que viviam. O comportamento da mulher deveria ser por ela mesma monitorado, para que mostrasse uma feminilidade imposta pela sociedade, normalmente expressa na moça de riso contido que não ergue a voz, é discreta e sensível.

1.2 ERA VITORIANA

No século XIX, na Inglaterra, “o casamento e a família é que estavam na moda”.²⁷ A Rainha Vitória, exemplo de virtude feminina, teria sido esposa e mãe modelar. Conhecida como o “botão de rosa da Inglaterra”,²⁸ tornou-se símbolo de feminilidade, de como a verdadeira mulher deveria ser, e, assim, conquistou a confiança de seus súditos.

Ao longo do século XIX, a família não representava apenas patrimônio, mas era também um capital simbólico. A honra deveria ser preservada, o nascimento de filhos fora do casamento era rigidamente censurado, sendo que a desonra e a vergonha sobravam para as mulheres. A mulher era impedida de freqüentar universidades e de construir uma carreira (com exceção do magistério), e deveria sempre viajar com uma dama de companhia, para assim estar vigiada sua pureza e inocência. Foi constante a demarcação entre o público e o privado, o homem e a mulher, a política e a família. Perrot afirma que

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867.²⁹

Durante esse período, esboça-se um triplo movimento, caracterizado por Perrot como o relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público, a constituição de um espaço familiar predominantemente feminino e o superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. A autora faz algumas ressalvas, por exemplo, nem todo espaço público se refere à política, e a presença das mulheres – das classes trabalhadoras pelo menos – persiste na cidade. O âmbito privado também não pertencia integralmente a elas. Os poderes do pai eram também domésticos, era ele quem sustentava financeiramente a família. Tanto nos meios burgueses quanto nos rurais, ele entregava determinada soma à

²⁶ PERROT, Michelle. O silêncio dos corpos. In: Matos, M. I. S e Soihet, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-28.

²⁷ HALL, Catherina, “Sweet Home”, PERROT, Michelle et all. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 p. 54.

²⁸ Em 1849, um pregador declarou que “o trono de nossa rainha simples e honrada se eleva dentre os lares felizes e os corações leais de seu povo. Ela tem direito à nossa confiança e ao nosso afeto, principalmente por suas virtudes domésticas. Ela é uma rainha – uma verdadeira rainha –, mas é também uma verdadeira mãe e uma verdadeira esposa” (*Ibidem*, p. 54-55).

²⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 178.

mulher, destinada às despesas domésticas. Somente nos meios operários ou populares urbanos a situação era diferente, uma vez que a mulher podia colaborar com as finanças. Entretanto, o triplo movimento³⁰ “traça as grandes zonas de exercício de poder”, nas quais a ação das mulheres consistia “sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas”.³¹

A exemplo da separação dos sexos e da redução dos espaços mistos, Perrot apresenta a pesquisa de Dorothy Thompson, que mostrou que, na Europa Ocidental, teria ocorrido uma mudança por volta de meados do século XIX, a medida em que mesmo classes trabalhadoras passam a compartilhar valores como o recato feminino.

No final do século XVIII, as mulheres inglesas sentam-se com os homens, seus companheiros, nas tavernas, *inns* ou *ale houses*, bebendo e cantando com eles e tomando parte das discussões políticas. A voz das mulheres ressoa nos motins radicais do início do século. A seguir, eis que as notam, olham-nas, dizem-lhes para se sentar, *autorizam-nas* a tomar a palavra: assim é nas primeiras assembleias cartistas. Finalmente, por volta de 1850, os *pubs* se tornam locais puramente masculinos, onde as mulheres não são admitidas, ao mesmo tempo excluídas das *trade-unions* que aí realizam suas reuniões.³²

Contudo, se a circulação da mulher no espaço público é restrita, ocorre o inverso com sua imagem:

A mulher *enfeita* a cidade, como enfeita a casa (retratos de mulheres, quadros de mulheres, fotos de mulheres), as igrejas (culto de Virgem Maria). Visualmente, a mulher está tanto mais presente quanto existe a tendência de limitar seu papel e sua presença por outras vias.³³

Segundo Ximenes, a domesticidade é instaurada e propagada pelo modelo familiar burguês, no qual a mulher deveria ter dotes e préstimos para contrair um bom casamento, saber administrar bem o lar. Ser “bem nascida” também significava vir de um berço no qual esses ensinamentos eram práticas da família, passados de mãe para filha.

Bordar em bastidor, tocar piano, cantar em apresentações de saraus familiares, ser paciente com os pequenos, para garantir que será boa mãe educadora, deveriam ser verificados como predicados, para alcançar o bom partido.[...]As boas maneiras da mulher junto à sua produção vestida que deveria ser exteriorizada, somavam pontos para que o homem quando em situações sociais, fizesse seu marketing pessoal perante a sociedade.³⁴

O vestuário era essencial para a manutenção dessa beleza e, durante o século XIX, o espartilho foi um item fortemente associado à feminilidade e à moralidade. Esse aspecto será aprofundado em seguida, mas antes, é preciso entender por que a aparência e as idéias a respeito do corpo serviam apenas para as mulheres burguesas e de classes altas.

³⁰ Citado anteriormente por Perrot: retraimento – família – superinvestimento do imaginário e do simbólico.

³¹ *Ibidem*, p. 180.

³² *Ibidem*, p. 209.

³³ *Ibidem*, p. 219.

³⁴ XIMENES, *Op.cit.*, p. 49.

1.3 A BURGUESIA E A CLASSE TRABALHADORA

Apesar de evangélicos e utilitaristas tentarem, na Inglaterra, difundir para “os pobres” seu ideal de moral, nem tudo o que foi propagado foi inteiramente aceito pela classe operária. Apenas aspectos que pareciam razoáveis e respondiam a certas necessidades foram integrados aos valores dessa classe, sendo que os operários possuíam suas próprias idéias sobre a divisão dos papéis, e, “mesmo que tenham sido influenciadas por um ideal dominante, elas guardavam sua originalidade”.³⁵ Se as burguesas eram vistas como “senhoras do lar”, as operárias deveriam ser “boas donas de casa de qualidades práticas”. Embora ambas tivessem sua relevância ligada à família e à gestão cotidiana, a segunda se diferenciava por sua dedicação quase exclusiva aos “trabalhos domésticos”.³⁶

À dona de casa cabia dar à luz e criar seus filhos, cuidar da manutenção da família, dos trabalhos domésticos não-remunerados (alimentação, aquecimento, conservação da casa e das roupas, transporte de águas etc.). A dona de casa ainda dependia do salário do marido, mas à diferença da burguesa, realizava outros serviços para contribuir com a renda da família, como atividades comerciais (venda em bancas ou cestos), faxina, lavagem de roupas, trabalhos de costura, tomar conta de crianças e recados e entregas domésticas. Suas tarefas implicavam circulação pela cidade. Nesse sentido, ela era mais livre para andar pela cidade do que a burguesa, que tem uma relação interior/exterior muito mais regulada.³⁷

Se não era “feminino” para a burguesa o trabalho remunerado, para as classes operárias era permitido “um prolongamento de seu papel feminino ‘natural’”. Ou seja, elas poderiam trabalhar como empregadas domésticas, cozinheiras e babás, costureiras ou modistas, ou em profissões ligadas à alimentação. Mas a elas era negado o trabalho em ambientes mistos como, por exemplos, nas minas. Neste caso, além de trabalharem ao lado de homens, em péssimas condições, não estavam “inteiramente vestidas como deveriam”.³⁸

As diferenças entre as “senhoras do lar” e as “donas de casa” de certa forma influenciaram também no vestuário dessas duas classes, inclusive nos usos do espartilho. Todas as mulheres “de bem” deveriam sair às ruas dignamente vestidas, ou seja, espartilhadas. Segundo Summers,³⁹ tanto mulheres das classes trabalhadoras quanto mulheres da burguesia usavam espartilhos, ambas as classes estavam implicadas na sua produção e ambas resistiram e manipularam a compulsão social pela peça. Usar espartilho era essencial, não apenas para a feminilidade, mas na construção de uma identidade e subjetividade de classe. Para a burguesa, o espartilho permitia os contornos apropriados, ele escondia qualquer excesso abdominal, suavizava os quadris e criava uma cintura pequena e circular, o que supostamente denotava boa reprodução. A peça funcionava de forma semelhante para as trabalhadoras, um corpo bem espartilhado e as

³⁵ HALL, *Op. cit.*, p. 75.

³⁶ PERROT, *Op. cit.*, p. 189.

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ HALL, *Op. cit.*, p. 81

³⁹ SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001, p. 9.

roupas adequadas melhoravam a sua aparência, e, conseqüentemente, as suas chances de um “bom casamento”. As trabalhadoras que não pudessem comprar até mesmo os mais baratos dos espartilhos feitos por profissionais, não precisavam, necessariamente, ficar sem eles. A quantidade de publicações disponíveis entre 1830 e 1840 que davam conselhos detalhados de como fazer o seu próprio espartilho eram imensas. Esse grupo de mulheres poderia usar os *jumps*, um modelo mais frouxo que permitia maior mobilidade no trabalho. Contudo, substancialmente, o uso do espartilho pela burguesia e pela classe trabalhadora foi diferente, o que resultou em uma forma de competição feminina. Enquanto as mulheres da burguesia usavam a peça para reforçar e proteger sua distinção social, as trabalhadoras, em parte, a utilizavam para ofuscar ou fugir da sua origem, com a esperança de “entrar no mundo melhor”.⁴⁰

Os vestuários da burguesia e da classe trabalhadora diferiam, superficialmente, no preço e no material, e não no desenho. Também era diferente a forma como cada uma usava seu espartilho; quanto mais apertado, mais impossibilitava o trabalho, e assim diferenciava uma mulher trabalhadora de uma burguesa.⁴¹ Por isso, os *jumps* eram considerados fator de distinção, nenhuma mulher da burguesia se sentiria contente em ganhar um.⁴²

Durante a Era Vitoriana, o espartilho teve parte na formação da identidade da mulher da burguesia, como ela pretendia se diferenciar das outras, através de seu corpo vestido. Por meio da análise do ideal de beleza feminina da época é possível entender porque o espartilho foi importante em sua construção, e como se tornou símbolo da situação da mulher no Ocidente, no século XIX.

1.4 APARÊNCIA E VESTUÁRIO

Como foi mencionado, durante o século XIX, as mulheres possuíam o papel doméstico reforçado, e precisavam se embelezar para o chefe da casa, sendo o vestuário uma questão central no universo feminino. A mulher era a “vitrine” do homem, assim, a moda, quando se diz respeito ao vestuário, passa a ter uma função quase que exclusivamente feminina. Conforme Alison Lurie afirma em sua obra *A linguagem das roupas*, “o vestuário masculino sempre foi desenhado para sugerir o domínio físico e/ou social. Tradicionalmente, as qualidades que tornam um homem atraente são o tamanho e a força muscular”⁴³. Lurie afirma que o vestuário masculino era composto por cores fortes, materiais pesados e formas retangulares que tendem a alargar o corpo, ressaltando os músculos e aumentando a largura dos ombros e peito. Em contrapartida, o vestuário feminino “durante a maior parte da história européia moderna, foi desenhado para sugerir a maternidade”.⁴⁴ As roupas enfatizavam as curvas femininas e os materiais eram macios. Durante a Renascença e o período Barroco, cores vivas e brilhantes expressavam energia, força

⁴⁰ *Ibidem*, p. 10.

⁴¹ *Ibidem*, p. 11.

⁴² STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 28.

⁴³ LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 228.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 228.

e saúde, o que era considerado atraente na época. No começo do século XIX o que era atraente muda, e as mulheres ideais deveriam parecer “criaturas fracas, tímidas, inocentes de nervos sensíveis e preocupadas com o decoro, que só podiam estar realmente seguras e felizes sob a proteção de um homem”.⁴⁵ Eram valorizadas fragilidade e delicadeza, que podiam ser expressas na palidez e no rubor. A “saúde de ferro” era considerada “rude e característica da classe baixa”, “quanto mais inútil e impotente uma mulher parecesse, mais elevado seu suposto *status* social, e mais elegante e bela seria considerada”.⁴⁶ As cores do vestuário tornaram-se suaves e delicadas.

Segundo a autora, por volta de 1830, “a roupa do começo da era vitoriana não só fazia a mulher *parecer* fraca e impotente, como a tornava fraca e impotente”.⁴⁷ Lurie menciona o espartilho como principal agente dessa debilidade, considerado até, por alguns, necessidade médica. Segundo alguns pensadores da época, inclusive médicos, a “constituição feminina” era tão delicada que seus músculos não a sustentavam sem ajuda. A autora afirma que o espartilho deformava os órgãos internos e impossibilitava a respiração mais profunda, e

Consequentemente, a mulher vestida com elegância corava e desmaiava facilmente, sofria fraca e exausta após qualquer esforço maior. Quando tirava o espartilho, suas costas doíam; e às vezes, continuava sem poder respirar adequadamente, pois suas costelas haviam sido comprimidas permanentemente.⁴⁸

Na metade do século XIX, o vestuário feminino pesava entre cinco e quinze quilos. Era composto por espartilho, camadas de corpetes, três ou mais anáguas, uma armação de saia ou crinolina, um vestido comprido, além de acessórios como xales, toucas ou chapéus. Alison Lurie afirma ainda que

Com essa roupa era difícil se movimentar ou caminhar vigorosamente, e quase impossível correr. Mas na época, as mulheres não “caminhavam”, já que, no discurso polido, não tinham pernas – ao invés disso, “deslizavam” ou “se arrastavam” pelo chão, como máquina de varrer –, e certamente não corriam. Em uma emergência, o melhor a fazer era desmaiar, contando com a proteção do cavalheiro mais próximo.⁴⁹

A autora destaca que mais importante que a justificativa médica – mesmo porque já naquela época havia médicos que contestavam o uso do espartilho –, era a justificativa social, uma vez que, não só fisicamente, mas moralmente a natureza do sexo feminino era frágil. E para proteger a natureza pura e inocente da mulher, era preciso vigilância constante. Mesmo tomadas as devidas precauções, a mulher corria o risco de se tornar vítima da luxúria de um homem e de sua própria fraqueza e, nesse caso, o traje servia como um “processo difícil e demorado”, dificultador do despir.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 229.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 229.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 230.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 230.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 231.

A autora justifica a tolerância aos objetos da moda desse período, em parte, pela admiração dos homens – por ser um padrão de beleza da época. Outro fator importante era a crença na “propaganda do momento: considerava as roupas que a aprisionavam e deformavam como necessárias medicamente e respeitáveis moralmente”. Pela mente popular da época, um espartilho afrouxado era sinônimo de moral duvidosa; cordões apertados eram sinônimos de virtude. A autora alega, inclusive, que uma “garota de recursos relativamente modestos” podia conseguir um bom partido, ou seja, um homem de recursos, caso andasse conforme o padrão de beleza e moral da época (sapatos e luvas justos o bastante, vestido frágil e espartilho “amarrado de modo que mal pudesse respirar”).⁵⁰

Georges Vigarello,⁵¹ em *A História da Beleza*, afirma que as “dinâmicas temporais deslocam as oposições sociais e culturais, desviam os critérios de beleza, seus efeitos diferenciadores”. O domínio exercido sobre as mulheres também era estético; havia a exigência tradicional de uma beleza “pudica”, virginal, vigiada, que permaneceu por um longo período, antes que algumas “liberdades” nas formas e nos perfis fossem aceitas, como “sorrisos mais expansivos” e “corpos mais desnudos”.

Durante a Era Vitoriana, a silhueta feminina era definida principalmente pela cintura de vespa, comprimida pelo espartilho, e pelas saias amplas, que acentuavam os quadris. Segundo Sennet, o “apelo desse aprisionamento estava, para as senhoras burguesas, no fato de que cheirava à dignidade dos tempos idos da corte, quando a realeza usava corpetes apertados e vestidos amplos”.⁵² Para Vigarello, a curvatura era essencial na estética feminina. Poderia expressar a fragilidade feminina, com “linha aérea mais do que linha de força”, favorecendo “a pose, o cenário, longe de uma simplicidade direta do gesto”.⁵³ A imagem feminina era uma mistura de elegância e impotência, anatomicamente identificada por seu papel reprodutor. O autor afirma que é impossível pensar na silhueta feminina fora da pressão do espartilho. Além de a peça ter sido economicamente importante,⁵⁴ ela garantiria a “estética” adequada feminina. Para a construção dessa estética, o corpo feminino foi disciplinado desde cedo, tanto pela etiqueta da época quanto pelas limitações do vestuário.

1.5 POLÍTICAS DO CORPO

Segundo Maria Cristina Ximenes,⁵⁵ o vestuário é uma forma de interferência, assim sendo, é no corpo que as metamorfoses e as metáforas se instalam, procurando reconfigurações e formas de expressão e consolidando o diálogo com a cultura dominante. O corpo pode ser considerado,

⁵⁰ *Ibidem*, p. 233.

⁵¹ VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 11.

⁵² SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 205.

⁵³ VIGARELLO, *Op. cit.*, p. 108.

⁵⁴ Oito mil operárias viveram de seu comércio na França no meio do século, fabricando, por 12 milhões de francos anuais, peças cujo preço variava de um a quatrocentos francos (*Ibidem*, p. 118).

⁵⁵ XIMENES, Maria Alice. *Corpo e roupa: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino no século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2004. p. 83.

para a historiografia, um novo território de existência e cultura, deixando assim de ser um objeto frívolo, efêmero ou fútil. A leitura do corpo pode ser tida como a busca de identidade,

como formas de decifrar latências e tendências, que de apenas signo icônico, de imagem ótica e objetiva, passa a receber uma valorização estética mais ampla, de modo a se tornar símbolo e assim se expandir comunicativamente, se perpetuando no tempo e no espaço físico e social, ou seja, reafirmando o *status quo*, ou reformulando-o de forma crítica.⁵⁶

Em *As técnicas corporais*,⁵⁷ Marcel Mauss procurou demonstrar o caráter fisiológico, psicológico e social das formas como os corpos são usados nas sociedades. O autor alega a existência de uma dualidade, entre o indivíduo e a sociedade. A sociedade impõe ao homem um conjunto de técnicas que regulam o funcionamento do corpo. Mauss pensa o corpo a partir de uma abordagem social, pensando o movimento corporal sob influência direta da sociedade e, assim, sendo o resultado de uma “física social”. A idéia surgiu após seu contato com um artigo sobre natação, que apontava para as transformações no estilo da modalidade, o que contribui para a idéia de que todas as técnicas do corpo seriam próprias de uma época e capazes de serem modificadas. A partir de suas observações, Mauss cria a noção de *habitus*, que corresponde à identificação de uma natureza social no modo de ser do homem.

As técnicas do corpo do indivíduo são construídas “não simplesmente por ele mesmo, mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual ele faz parte, no lugar que ele ocupa”. Ao refletir esse processo, Mauss busca idéias e reflexões referentes à educação das técnicas corporais. A educação do corpo resulta, para o autor, de um processo de transmissão de um determinado saber sobre a utilização do corpo e tem como consequência um conjunto de técnicas incorporadas em cada indivíduo, definindo-lhe certo hábito. Esse saber pode ser realizado de duas formas: consciente e inconscientemente. Na primeira, os processos de educação do corpo buscam definir uma intervenção direta na normatização das condutas corporais. Existem dois tipos de educação consciente: a transmissão de normas já estabelecidas pelo próprio grupo, que definem e controlam a utilização do corpo, e a transmissão de alterações no modo de usar o corpo, que podem estar ligadas a idéias que procuram aperfeiçoar o uso do corpo, tornando-o mais “eficiente”. Na forma inconsciente, a educação do corpo é resultado de um processo adotado naturalmente, por exemplo, a postura corporal do homem ao sentar, ao andar, ao dormir, etc.

Segundo o autor, cada organização social estabelece uma determinada educação do corpo, interferida pelo uso de objetos, pela inspiração mágica e pela moral. Mauss ilustra sua teoria com exemplos como o uso de calçados como um objeto que interfere no andar do homem.⁵⁸

⁵⁶ *Ibidem*, p. 83.

⁵⁷ MAUSS, Marcel. *As técnicas corporais*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.

⁵⁸ Marcel Mauss divide as técnicas segundo a biografia do homem, em quatro grupos: técnicas do nascimento e da obstetrícia, da infância, da adolescência e da idade adulta. Dessa forma, a posição do parto, o transporte da criança pela mãe, a passagem para o mundo adulto, a forma de repouso e as atividades praticadas pelos homens servem como material empírico para compreendermos uma determinada sociedade em sua totalidade. Seu estudo se focou nas contraposições entre o francês e o inglês, e entre ambos e sociedades fora do mundo ocidental, como a maori.

Assim como Mauss, Norbert Elias⁵⁹ compreende as condutas humanas como resultado de uma construção, esboçando uma discussão sobre a educação do corpo, mas enquanto o primeiro pensa a imposição social no indivíduo, Elias observa no corpo do “homem ocidental”⁶⁰ uma psicogênese e uma sociogênese, expressadas em seu comportamento. Elias complementa a teoria de Mauss, nas questões relativas às alterações do uso do corpo, e adiciona a idéia de “autocontrole”. Para ele, os preceitos e normas que circulam as pessoas são traçados com tanta nitidez, e a censura e a pressão da vida social que modelam seus hábitos são tão fortes que ao indivíduo só resta a alternativa de submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade ou ser excluído da vida social. Esse “autocontrole” está localizado tanto em objetos quando no corpo; a contenção dos impulsos por parte do homem seria a educação do corpo. E, para Elias, o Estado tem um papel fundamental na manutenção desse controle, estabelecendo o “monopólio da força”. Este funcionaria graças a “especialistas”, que controlam a maneira como cada indivíduo usa seu corpo, por meio de padronizações e proibições de comportamentos e condutas.

Sobre a construção do corpo, segundo Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*⁶¹, em nossas sociedades, os sistemas punitivos

devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão.⁶²

Foucault procura fazer uma história dos castigos com base na história do corpo. Para o autor, o corpo está diretamente mergulhado num campo político, e as relações de poder o alcançam, o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias e exigem-lhe sinais. Foucault liga o investimento político no corpo à sua força de produção, o que só é possível quando o corpo está preso num sistema de sujeição, “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”. O poder não é localizado nem centralizado, ele é multifacetado e age em várias instâncias. Seu estudo não é o estudo de um Estado tomado como um “corpo”, ou do corpo como um pequeno Estado.⁶³

Foucault afirma que os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.⁶⁴ As disciplinas teriam se

⁵⁹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁶⁰ No primeiro volume, *A história dos costumes*, em *O processo civilizador*, o homem ocidental estudado por Elias é o alemão, o francês e o inglês.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

⁶² *Ibidem*, p. 28.

⁶³ Foucault trata do “corpo político” como “o conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber”. O autor fala do corpo do condenado para fundamentar o “mais poder” do soberano, mas para marcar o “menos poder” dos que estavam submetidos a uma punição.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 133.

tornado no decorrer dos séculos XVII e XVIII “fórmulas gerais de dominação”. Foi quando nasceu uma arte do corpo humano, que visava o aumento de suas habilidades, o aprofundamento de sua sujeição e a formação de uma “relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”.⁶⁵ O corpo passa a ser trabalhado por uma política de coerções, “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”. Para Foucault

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...] Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.⁶⁶

O poder sobre o corpo se daria, a partir do século XVIII, por meio do controle dos detalhes, uma vigilância generalizada marcada pela observação. O estudo desse controle se daria através da localização de alguns exemplos das técnicas essenciais que se generalizaram mais facilmente. Essas definiriam certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma “microfísica do poder”. O novo objeto do período é o corpo natural, “portador de forças e sede de algo durável; é o corpo suscetível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes”.⁶⁷ A função da disciplina seria “adestrar”, ela torna os indivíduos ao mesmo tempo objetos e instrumentos de seu exercício; o poder disciplinar liga as forças para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Os indivíduos seriam fabricados pela disciplina, de forma modesta, por “humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado”.⁶⁸

Os três autores citados auxiliam na compreensão de como o espartilho serviu para a manutenção de uma técnica corporal. Embora a peça não seja considerada uma punição, seu estudo pode ser enquadrado em uma política do corpo, com múltiplos significados. Ao longo do século XIX, a silhueta do corpo espartilhado era sinal de respeitabilidade, conotava autodisciplina, requeria uma postura excelente, além disso, a cintura fina ressaltava os seios e os quadris do corpo, atributos relacionados à função da mulher, a reprodução. O enfoque na cintura também pode ser visto, de acordo com Bourdieu, como

um dos signos de *fechamento* do corpo feminino, braços cruzados sobre o peito, pernas unidas, vestes amaradas, que, como inúmeros analistas apontaram, ainda hoje se impõe às mulheres nas sociedades euro-americanas atuais. Ela simboliza a

⁶⁵ *Ibidem*, p. 133.

⁶⁶ *Ibidem* p. 133-34.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 149.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 164.

barreira sagrada que protege a vagina, socialmente constituída em objeto sagrado, e portanto, submetido, como o demonstra a análise durkheimiana, a regras estritas de esquivança ou de acesso, que determinam muito rigorosamente as condições do contato consagrado, isto é, os agentes, momentos e atos legítimos ou, pelo contrário, profanadores.⁶⁹

Espartilhada, a mulher não podia levantar os braços acima da cabeça, caminhar muito rápido sem arquejar e não podia se curvar. Não apenas nesses sentidos, o controle exercido pelo espartilho também se dava no controle do excesso de gordura localizada na região da cintura. Apesar de a figura idealizada da mulher burguesa do século XIX não ser a mulher magra, sendo encorajado um corpo “agradavelmente rechonchudo”,⁷⁰ a obesidade não era admirada, e o volume deveria estar nos lugares certos: nos quadris, nas coxas, nos seios e nos glúteos, não no abdômen e na cintura. A cintura esbelta, mesmo que não fosse em um corpo magro, era popularmente associada à juventude e à beleza.⁷¹

Submetida à sua feminilidade – ou ao seu sistema reprodutor –, a mulher assume identidade e papéis na sociedade, inseridos em seu corpo. Para Maffesoli é preciso mostrar que “atrás de cada uma das diversas situações sociais referentes a essas maneiras de vestir ou desvestir o corpo, encontra-se uma figura arquetipal representando uma imagem ou uma força coletiva”.⁷² O autor trata vivência como a teatralidade dos indivíduos no coletivo, a qual “cada um, em graus diferentes, e em função das situações particulares, desempenha um papel (papéis) que o integra(m) ao conjunto societal”.⁷³ Para Richard Sennet,⁷⁴ *papel* é um comportamento apropriado, esperado e específico para determinadas situações. Os papéis envolvem códigos e crenças que definem o quanto e em que termos a pessoa considera o seu próprio comportamento, o comportamento dos outros e as situações nas quais está envolvida. Novos papéis surgem, mas podem ser interpretados a partir de códigos de crença antigos, ou, então, mudam as crenças, mas os comportamentos permanecem os mesmos. Esses comportamentos estão presentes no estudo da aparência idealizada da mulher no período vitoriano. Um exemplo extremo é o desmaio. O desmaio, que poderia ser provocado pelo espartilho apertado, era um comportamento considerado apropriado às mulheres da burguesia. Segundo Summers, era um papel que provia oportunidades românticas para as mulheres “demonstrarem sua debilidade, e para homens realizarem suas proezas heróicas”.⁷⁵

Por fim, para Maffesoli, a conotação original da roupa de *habitus* supõe um trabalho sobre o corpo, um “hábito”. Segundo Villaça & Góez, as roupas não são simplesmente funcionais, elas “constroem *habitus* pessoais que articulam relações entre o corpo particular e o seu meio, o espaço que o corpo ocupa, formas de negociação que dependem de técnicas corporais e modos de auto-

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 25.

⁷⁰ Expressão utilizada por Summers, *Op. cit.* p. 65.

⁷¹ Summers, *Op. cit.*, p. 65.

⁷² MAFFESOLI, *Op. cit.* p. 173.

⁷³ *Ibidem*, p. 173.

⁷⁴ SENNET, *Op. cit.*, p. 50-51.

⁷⁵ SUMMERS, *Op. cit.* p. 137.

representação”.⁷⁶ O vestuário participa, ao lado dos treinamentos propriamente corporais, “da organização de um espaço social regido por proibições e transgressões mais ou menos definidas”.⁷⁷ Tecnologias de movimento ou constrangimento modelam o corpo, e as técnicas utilizadas para isso constituem uma forma de “aculturação”, que expõe códigos de conduta e uma identidade, marcando um corpo “natural” ou “real”. O espartilho modela o corpo segundo a moralidade da era Vitoriana, e, sob um ponto de vista, domina o corpo feminino para que, assim, a mulher assuma uma aparência idealizada, voltada ao lar, e necessitada da proteção masculina.

Ao estudar autores que acreditavam na opressão causada pelo espartilho, a mulher é vista como disciplinada pelo disciplinador homem. Segundo Villaça & Góez, “o corpo disciplinado e o corpo disciplinador se unem pela mesma falta de autocontrole”, enquanto o primeiro quer “submeter-se a uma ordem, para se reconhecer”, o segundo “encontra seu equilíbrio no domínio do outro”.⁷⁸

1.6 DOMINAÇÃO MASCULINA DO CORPO FEMININO

Segundo Chartier,⁷⁹ o objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus discursos parece residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro lado, as restrições, as normas, as convenções que limitam – mais ou menos fortemente de acordo com sua posição nas relações de dominação o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. As produções intelectuais e estéticas, as representações mentais e as práticas sociais são governadas por mecanismos e dependências desconhecidas pelos próprios sujeitos. Chartier aponta para uma historiografia voltada às relações simbólicas de força, para histórias de aceitação ou de rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento. O objeto da história das mulheres, afirma Chartier, é o estudo dos dispositivos que garantem que as mulheres consintam nas representações dominadas pelo discurso masculino. O historiador acredita que as representações de inferioridade feminina estão inscritas nos pensamentos e nos corpos dos homens e das mulheres, o que não exclui “possíveis variações e manipulações que, pela apropriação feminina de modelos e de normas masculinas, transformam em instrumentos de resistência e em afirmação de identidade as representações forjadas para garantir a dependência e a submissão”.⁸⁰

Assim, pois, cabe à história reconhecer também as resistências da mulher, e não só tratá-la como objetos passivos. Entender como violência simbólica a dominação imposta às mulheres ajuda na compreensão de que as diferenças entre os gêneros não são meramente biológicas, mas construções culturais feitas ao longo da história, que servem para naturalizar as práticas sociais.

⁷⁶ VILLAÇA & GÓEZ, *Op. cit.* p. 109.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 109.

⁷⁸ VILLAÇA & GÓEZ, *Op. cit.* p. 49.

⁷⁹ CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. p. 81-100.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 96.

Para Chartier, a história das mulheres desafia o historiador a relacionar “a construção discursiva do social” à “construção social dos discursos”.⁸¹

Pierre Bourdieu⁸² contribui para o estudo dessa violência simbólica em seu estudo sobre o poder simbólico e sobre a dominação masculina.⁸³ Bourdieu afirma que os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, fazem parte de um poder estruturante porque são estruturados. Os símbolos servem para a integração social, conferindo sentido ao mundo social, e dessa forma possibilitando o *consensus* acerca da ordem estabelecida. Assim, os sistemas simbólicos podem cumprir uma função política, sendo capazes de impor certas significações como legítimas, e, conseqüentemente, contribuindo com uma dominação vigente.

A produção dos sistemas simbólicos estaria nas mãos de especialistas circunscritos ao seu campo específico, a serviço de uma classe dominante. Eles seriam os produtores do *doxa*, aquilo que é aceito como opinião geral, responsável pela sustentação do poder. Aos mecanismos de manutenção da ordem social, Bourdieu atribui o termo violência simbólica. Em *A dominação masculina*, o autor traz as diferenças de gênero para o estudo das técnicas corporais, associando o uso do corpo pelo homem à sexualidade. Os *doxa* funcionariam como crenças ou práticas sociais consideradas normais, e, por isso, excluídas da discussão e da reflexão. O meio social coage homens e mulheres a exercerem sua sexualidade e a elaborarem o corpo cultural de acordo com padrões pré-estabelecidos de normalidade, cercados de tabus e códigos, que subordinam e dominam o indivíduo. No âmbito do corpo, Bourdieu compreende que o “regime de dominação” é exercido não apenas pelas palavras, mas também pelo silêncio, por meio do qual o indivíduo apreende uma determinada disciplina.

O trabalho de construção simbólica não é meramente operado pela nomeação performativa que estrutura as representações, principalmente as do corpo. Para Bourdieu, trata-se de uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e da exclusão do pensamento e do reconhecimento de tudo o que caracteriza pertencer ao outro gênero, impostos a um trabalho de construção prática que produz o “artefato social” que é o homem viril e a mulher feminina⁸⁴. A construção de sujeitos, e conseqüentemente corpos, masculinos e femininos, é operada pela ação de formação que

não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinalando-lhes lugares inferiores [...], ensinando-lhes a postura correta do corpo [...], atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas.⁸⁵

⁸¹ *Ibidem*, p. 97.

⁸² BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁸³ Leigh Summers não chega a mencionar o sociólogo em sua obra, mas escreve sobre uma possível dominação masculina relacionada ao espartilho.

⁸⁴ BOURDIEU, *Op. cit.*, p.33.

⁸⁵ *Ibidem*, p.34.

No estudo dos gêneros, Bourdieu ressalta a importância de “descrever e analisar a (re) construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e divisão geradores dos gêneros e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais”.⁸⁶ É somente por meio da análise das transformações dos mecanismos e das instituições encarregadas de manter a ordem dos gêneros que pode-se compreender as mudanças não só da condição das mulheres, como também das relações entre os sexos.

Para Bourdieu, os *habitus* masculino e feminino são inseparáveis das estruturas que os produzem e os reproduzem no contexto da economia dos bens e das trocas simbólicas. Muito além da economia da reprodução biológica, a divisão de sexo e gênero está inscrita na divisão das atividades produtivas e reprodutivas, e nos *habitus* de seus protagonistas: mulheres, reduzidas à condição de objetos de troca, e homens, senhores do “sistema de estratégias de reprodução”, como de fecundidade, de matrimônio, de educação, de economia e de sucessão.⁸⁷ É na operação das trocas simbólicas que pode ser explicado o privilégio da masculinidade nos sistemas de cultura e a inferioridade e exclusão da mulher.⁸⁸ O espartilho visto como uma forma de dominação masculina do corpo feminino está presente no que Steele menciona que “algumas” mulheres alegavam, no ataque ao corpo por meio do vestuário. Segundo Bourdieu, o “confinamento simbólico” é praticamente assegurado pelo vestuário feminino, que não apenas dissimula o corpo, como continuamente o chama para a ordem, “sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente”.⁸⁹ Só as limitações impostas pelas roupas já serviriam para impedir ou desencorajar sua usuária de certos movimentos impróprios para seu sexo.

Não apenas no confinamento, o vestuário também tem sua importância na exposição do corpo feminino. Bourdieu afirma que, para a mulher, mais que para o homem, compete ao seu corpo *ser-percebido*:

Enquanto que, para os homens, a aparência e os trajes tendem a apagar o corpo em proveito de signos sociais de posição social (roupas, ornamentos, uniformes etc.), nas mulheres, eles tendem a exaltá-lo e a dele fazer uma linguagem de sedução. O que explica que o investimento (em tempo, em dinheiro, em energia) no trabalho de apresentação seja muito maior na mulher.⁹⁰

A respeito da mulher bela, Daniela Calanca⁹¹ discorre sobre um tipo de feminilidade representado pela “mulher galante”. Relacionando com a idéia de Bourdieu, de que a mulher se subordina para não contrariar a ordem *dóxica*, Calanca escreve um relato da bailarina Lola Montes, que, na metade do século XIX, aconselha a mulher na manutenção da jovialidade e da beleza:

todas as mulheres sabem que a beleza é, mais do que o talento, a característica do nosso sexo que por todas as gerações dos homens foi honrada. Qual a surpresa então se

⁸⁶ *Ibidem*, p.33.

⁸⁷ *Ibidem* p.62.

⁸⁸ *Ibidem*, p.55.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 39.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 118.

⁹¹ CALANCA, *Op. cit.*

dedicamos tanta atenção aos meios para desenvolver e conservar os nossos atrativos? Observem com que tom de fria e árida crítica os homens falam do intelecto da mulher, mas façam com que falem dos fascínios de uma bela mulher: suas palavras, seus olhos emitirão lampejos de entusiasmo, mostrando-nos que eles estão profundamente comovidos, se também não o são até o ridículo. A natureza nos dotou da sagacidade necessária para perceber todas essas coisas, e seríamos inimigas de nós mesmas se não procurássemos empregar todas as artes possíveis, desde que lícitas, para nos tornar deusas de tal adoração. Meu propósito é discutir, neste livro, as diferentes técnicas empregadas pelo meu sexo para atingir este que é o objetivo principal da vida de uma mulher.⁹²

De acordo com Bourdieu, são as mulheres da pequena burguesia que “levam a extremos a atenção aos cuidados com o corpo ou com a aparência física e, por extensão, ao cuidado com a respeitabilidade ética e estética, são as vítimas privilegiadas da dominação simbólica”.⁹³ Aspirando a se identificarem com os modelos dominantes, essas mulheres estariam inclinadas a se apropriarem das propriedades distintivas e a contribuir para sua divulgação. Bourdieu afirma que

Tudo se passa, então, como se o mercado de bens simbólicos, ao qual as mulheres devem as melhores provas de sua emancipação profissional, só concedesse a essas “trabalhadoras livres” da produção simbólica uma aparente liberdade visando a melhor obter dela uma submissão diligente e uma contribuição para a dominação simbólica, que se exerce através dos mecanismos da economia de bens simbólicos e dos quais elas são, igualmente, as vítimas prediletas. A intuição desses mecanismos, que está, sem dúvida, à base de certas estratégias de subversão propostas pelo movimento feminista, como a defesa do *natural look*, deveria estender-se a todas as situações em que as mulheres podem crer, e fazer crer, que elas exercem as responsabilidades de um agente que se põe em ação no momento mesmo que elas se vêem reduzidas na condição de instrumentos de exibição ou de manipulação simbólicas.⁹⁴

Embora utilize metodologias e teorias diferentes, o estudo de Michelle Perrot pode complementar o de Bourdieu. Para Perrot, as mulheres estão submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, submetendo-as ao silêncio. Em *O silêncio dos corpos*,⁹⁵ a autora trabalha como esse silêncio pode ser visto ao longo da história. Ela parte da presença do corpo feminino nos discursos poéticos, médicos e políticos e nas artes, servindo apenas para o ideal masculino, uma vez que não representa uma visão feminina. A mulher estaria mais associada à função “anônima e impessoal da reprodução”, estando sujeita a silenciar aquilo que seu corpo carrega, como as grandes diferenças culturais, religiosas e éticas. A historiadora acredita que as mulheres são as esquecidas, as mudas da história, e seu silêncio as aprisiona. Seu corpo é objeto de observação e desejo, mas permanece calado, e assim deve permanecer, pois esta seria a marca da feminilidade. Em outra obra, *Os excluídos da história*, Perrot afirma que no campo textual,

⁹² *Ibidem*, p. 99.

⁹³ BOURDIEU, *Op. cit.*, p. 120.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 121.

⁹⁵ PERROT, Michelle. *O silêncio dos corpos*. In: Matos, M. I. S e Soihet, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-28.

a exclusão feminina é ainda mais forte. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?⁹⁶

Segundo Perrot⁹⁷, a mulher burguesa “é certamente a mais prisioneira das mulheres”. Seu corpo é coberto de acordo com um código estrito que a comprime, “espartilha-a, vela-a, enlupa-a da cabeça aos pés”. Ela, é restrito não só o vestuário quanto os lugares de circulação, sendo vigiada pela vizinhança, “espiã da reputação”, e até por seus criados. Seu próprio espartilho, além de manter seu corpo devidamente coberto, servia como uma garantia de pudor, uma vez que necessitava da ajuda de outra pessoa para ser colocado ou retirado, que poderia ser um criado ou o próprio marido. Maria Alice Ximenes apresenta em seu trabalho a gravura *A Suspeita*,⁹⁸ na qual, aparentemente, um homem confere a amarração do espartilho de sua esposa para se certificar de que está como deixou.

Em falta de outras formas de poder, subordinadas ao discurso masculino, o vestuário é também umas das principais expressões não verbais das mulheres. Se Perrot menciona um silêncio feminino, podemos encontrar a voz das mulheres, em tom de denúncia, escondida em seu corpo. O que Chartier⁹⁹ acredita que sejam fissuras na dominação masculina, criadas dentro do próprio consentimento, “reutilizando a linguagem da dominação para fortalecer a insubmissão”, é o exemplo do espartilho como o “fascínio erótico”. Ou então, a função estética, na qual o espírito criador da mulher encontra voz por meio da arte, que faz do espartilho uma tela pintada por mãos femininas, afinal, além de lutas sociais, ideologias, política, faz parte do discurso humano a beleza da era vitoriana. O que não é contrário ao que Perrot estuda, uma vez que a autora ressalta que a mulher burguesa tenta reconquistar a sua liberdade “na sombra e dentro de um código de sinais sofisticados – cartas com a ponta dobrada, mensagens levadas, lenços caídos, lâmpadas acesas – que se chama de astúcia feminina”,¹⁰⁰ e por que não atribuir a essa astúcia linguagens do vestuário? Esses outros pontos de vista abordados, ao longo da história, a respeito desse objeto, que não cabem a esta pesquisa, mas podem atribuir outras significações à violência simbólica contra a mulher.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 186.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 200.

⁹⁸ Cf. Figura 3, do Anexo 1.

⁹⁹ CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. p. 81-100, p. 96.

¹⁰⁰ PERROT, *Op. cit.*, p. 200.

2 CORPO LIBERTADO

A partir da segunda metade do século XIX, “os modelos da era Vitoriana condicionavam os comportamentos, as relações sociais, a moda, o vestuário, o tempo livre das classes sociais elevadas dos continentes europeu e americano”.¹⁰¹ No entanto, os Estados Unidos apresentaram algumas particularidades em relação ao crescimento da consciência e da “cultura de moda”. Apesar de as burguesas americanas também se retirarem para o âmbito doméstico, sendo negado a elas o acesso ao poder da nação em desenvolvimento, expandiram suas funções tradicionais para atenderem a seus próprios desejos. Incluíram o trabalho voluntário associado a organizações femininas e igrejas e criaram uma “cultura de moda” como substituto de uma carreira, na qual “o desafio era alcançar uma posição social e reputação impecável de elegância da aparência e para saber quando elas tinham atingido isto”.¹⁰² Embora na Europa também houvesse tal “cultura de moda”, a intenção das americanas de criar uma serviu para o surgimento de um novo pólo de moda, que foi reforçado nos períodos de Guerra. Os Estados Unidos passaram a influenciar tanto no surgimento de novas modas quanto na ruptura com alguns valores presentes nas antigas.

A bibliografia a respeito da função social do espartilho encontrada – Valerie Steele e Leigh Summers – apresenta relatos provenientes de fontes como diários, propagandas, jornais políticos, e revistas femininas e médicas. Uma vez que as autoras estudadas se focaram em grupos específicos, foram escolhidos para essa pesquisa artigos do jornal *New York Times*, de janeiro de 1890 a fevereiro de 1895, que podem contribuir como uma nova visão desses debates.¹⁰³

É importante apontar alguns dados históricos do *New York Times*. Durante a década de 1890, o *Times* passava por uma transição, devido suas dificuldades financeiras. Em 1883, o jornal reduziu seu preço para 2 cents, acreditando que aumentaria sua circulação. O que ocorreu foi o contrário, uma vez que passou a competir com outros jornais de 1 cents (de fato, apenas quando em 1898 o preço do jornal caiu para 1 cents que sua circulação passou a aumentar). Além disso, o *Times* apoiou e investiu nas campanhas de Grover Cleveland para a presidência, o que ocasionou não apenas na perda de dinheiro, como na perda de leitores que gostariam de ver mais editoriais e notícias republicanas. Em 1893, o *Times* foi vendido para a companhia *New York Times Publishing*, presidida por Charles Miller, o que não o salvou de suas dívidas, mas deu a ele seu atual nome.¹⁰⁴ Foi apenas com a venda para Adolph Ochs que o jornal se recuperou em 1896. Com a direção do *New York Times*, Ochs eliminou os folhetins de ficção romântica, evitou histórias escandalosas baseadas em fofocas e aumentou a cobertura de notícias voltadas para a economia. Para ele, o jornal deveria ser imparcial e completo. Foi observado nesta pesquisa que a partir de 1897, não aparecem mais notícias de opinião a respeito do vestuário, e a

¹⁰¹ CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p. 184.

¹⁰² CUNNINGHAM, Patricia. *Reforming women's fashion, 1850-1920*. Ohio: Kent State University Press, 2003, p. 23.

¹⁰³ Uma listagem completa dos artigos utilizados encontra-se no final deste trabalho.

¹⁰⁴ DAVIS, Elmer. *History of the New York Times 1851-1921*. New York: The New York Times, 1921.

coluna *Her Point of View*, de onde foram analisados dois artigos, deixou de existir. Isso pode ser explicado tanto pelas transformações de Ochs quanto por preferência por empregar jornalistas homens, uma vez que em sua opinião mulheres deveriam voltar-se ao lar.¹⁰⁵

Esta pesquisa visa menos analisar a influência do jornal para seu público, como um formador de opiniões, para salientar os apontamentos dos jornalistas como observadores de seu período. Além disso, suas observações vão além do que acontecia nos Estados Unidos, e alguns artigos fazem referência para acontecimentos na Europa, principalmente a Inglaterra. A pesquisa se restringiu aos artigos que se referiam ao espartilho e a uma possível reforma do vestuário. Selecionei treze artigos que ilustram como as mudanças no vestuário estavam sendo abordadas por aquela sociedade. Os artigos podem ser divididos em quatro abordagens diferentes: a que procurava afirmações médicas, a que mostrava a opinião do autor ou os atos daqueles que queriam a reforma do vestuário, a influência dos exercícios físicos e a sugestão de vestuários alternativos, ligados à moda. As matérias revelam desde “dicas” de uma moda sem espartilho, até depoimentos de mortes causadas pelo uso da peça.

A partir desses textos, serão analisados os diferentes discursos que se opunham ao uso da peça, especialmente aqueles que acreditavam em seu aspecto opressor, além de apresentar os autores desses discursos (como, por exemplo, quem eram os reformistas do vestuário). Havia discursos anteriores à década de 1890 que contestavam o vestuário feminino, mas os artigos desse período passam a apontar uma possível mudança na sociedade, além de aparecerem em maior número (mesmo com a suspensão de assuntos do gênero a partir da direção de Ochs).

2.1 OS DEPOIMENTOS MÉDICOS E OS EFEITOS DO ESPARTILHO NO CORPO

Durante o século XIX, feministas e reformistas do vestuário argumentaram que o espartilho era responsável por uma série de queixas femininas sobre sua saúde. Summers aponta doenças que vão de náusea e constipação a desordens alimentares e condições mórbidas de deslocamento do útero.¹⁰⁶ Steele aponta câncer da curvatura da espinha, deformidades da costela e deslocamento de órgãos internos, doenças respiratórias e circulatórias, defeitos de nascimento, abortos e traumas como costelas quebradas e punção.¹⁰⁷ No âmbito médico, não havia uma unanimidade a respeito do assunto: enquanto alguns médicos eram completamente contra o uso da peça, outros aceitavam alguns tipos de espartilho, por acreditarem que o corpo da mulher não se sustentava sozinho. Segundo Summers, a ambivalência da área da saúde, em parte, se dava pela oposição de médicos às reivindicações feministas. Apesar de boa parte dos profissionais apoiarem a reforma do vestuário no que se dizia respeito à saúde, eles eram frequentemente hostis às ambições de reformistas do vestuário que acreditavam que o vestuário feminino e os direitos de mulheres eram assuntos praticamente indivisíveis.¹⁰⁸

¹⁰⁵ TALESE, Gay. *O reino e o poder: uma história do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁰⁶ SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001, p. 110.

¹⁰⁷ STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 67.

¹⁰⁸ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 94.

Por que médicos se envolviam na controvérsia do espartilho? Segundo a cardiologista Dra. Lynn Kutsch, entrevistada por Valerie Steele,

No século XIX, a profissão médica (dominada por homens, e muito patriarcal em suas atitudes) passou a ser vista como responsável pela manutenção da saúde, não apenas o tratamento da doença. Higiene pessoal e pública vinha na competência do médico. Para as mulheres, em higiene pessoal incluíam questões de vestuário e práticas desenvolvidas para realçar a beleza, bem como a sexualidade, maternidade, e “doenças femininas”. O conceito de “saúde” ampliado para incluir moral, espiritual, psicológica e de saúde sexual, bem como a saúde pública e bem-estar das gerações futuras. Como os meios de comunicação de todos os tipos, incluindo revistas profissionais e populares, proliferaram no decurso do século, os médicos começaram a publicar suas opiniões sobre esses assuntos. Muitos ofereciam, ou eram solicitados a fornecer, aconselhamento sobre temas controversos, como espartilhos e *tight lacing*. Praticantes de grupos alternativos se adicionaram à literatura médica, incluindo a literatura sobre o espartilho, resultando em um corpo volumoso, diversificado e contraditório de pareceres médico publicados.¹⁰⁹

Além da preocupação com a saúde, médicos dos séculos XVII ao XIX tendiam a dividir certas afirmações a respeito das diferenças dos sexos. Eles acreditavam que o sexo feminino era uma versão inferior do masculino. Summers afirma que

Mulheres da burguesia eram, certamente a partir dos anos 1830 em diante (tanto na Grã-Bretanha quanto na América do Norte), consideradas fisicamente mais fracas que homens e eram rotineiramente consideradas ainda menos intelectualmente capazes. Dentro desse esquema de gênero, doença feminina (quer relacionada com o espartilho ou não) era quase naturalizada, e como um resultado da debilidade feminina era considerada em muitos casos a ser inevitável e aceitável.¹¹⁰

Alguns médicos inclusive declaravam que a causa das doenças femininas era a educação superior, aquela que não era voltada às artes domésticas. Médicos que simpatizavam tanto com os movimentos feministas quanto com a reforma do vestuário eram minoria. A maioria que apoiava a abolição do espartilho, e que encorajava as mulheres a buscarem educação superior, acreditava que essa educação deveria estar voltada a seus afazeres domésticos, a “educação era um meio ideal para criar uma dona-de-casa mais inteligente”¹¹¹. Reformistas do vestuário e mulheres da medicina lutaram contra a tese de predisposições de gênero e insistiram que não era culpa da educação, mas da “violência epidêmica da moda” e dos “aços inflexíveis do espartilho”¹¹². Summers aponta para o fato de a peça ter sido fundamental para a construção da feminilidade estereotipada, durante o período vitoriano, sob seu aspecto frágil e doente. A autora afirma que o espartilho ajudou a criar e manter uma debilidade feminina, ressaltando o estereótipo da “oposição direta ao seu binário masculino, identificados pela força, coragem e capacidade”¹¹³.

¹⁰⁹ KUTSH *apud* STEELE, *Op. cit.*, p. 82-3.

¹¹⁰ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 100.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 95.

¹¹² *Ibidem*, p. 98.

¹¹³ *Ibidem*, p. 107.

É impossível saber exatamente os efeitos do espartilho no corpo, uma vez que uma série de fatores está implicada em seu uso. Além de muitas mulheres o usarem desde sua infância, todos os dias, mais ou menos apertado, poderiam usar uma forma ou tamanho inadequados a seu tipo de corpo ou um modelo mal-feito. Contudo, alguns dos argumentos dos efeitos negativos do espartilho no corpo feminino, segundo pesquisas médicas do século XX, possuem fundamentos e foi comprovado que, em maior ou menor grau, a peça causava ou agravava algumas doenças e anomalias no corpo feminino. A bibliografia pode explicar alguns apontamentos identificados nos artigos do *New York Times*.¹¹⁴

O artigo **Fresh Censure of the Corset**,¹¹⁵ publicado em 12 de fevereiro de 1893, se posiciona contra o argumento no qual a prática do *tight lacing*¹¹⁶ é a responsável, sozinha, pelos males causados pelo espartilho. De fato, médicos do final do século XIX, numa rara coligação com feministas e o movimento de reforma do vestuário, insistiam que a prática do *tight lacing* era, além de mal vista, prejudicial para a saúde feminina. Contudo, há uma discussão na bibliografia a respeito do número de praticantes do *tight lacing*. Steele¹¹⁷ afirma que essa prática estava restrita aos fetichistas e mulheres que tomavam medidas extremas para perder peso. Summers argumenta que o material encontrado prova o contrário,¹¹⁸ que a maioria das mulheres aderiu à técnica para sustentar o padrão de beleza vitoriano. Não importa qual das duas esteja correta, neste artigo é “a mulher que ‘não aperta’ quem talvez seja principal responsável por um fracasso em abolir completamente o uso do espartilho”¹¹⁹. A mulher acredita estar usando a peça de forma tão frouxa que não poderá causar mal algum; ela mesma condena a chamada “cintura de vespa”. Para provar que ela está enganada, o autor apresenta depoimentos médicos sobre qualquer forma de usar o espartilho.

No primeiro relato, o entrevistado, médico inglês cujo nome não foi identificado, reforça a visão na qual o espartilho prejudica o corpo feminino mesmo quando não é usado mais apertado. Para a defesa desse argumento, o médico afirma que, quando comparados os corpos de um homem e de uma mulher, nota-se que a segunda apresenta marcas de pressão, que não são encontradas no primeiro. Segundo este perito, o erro fundamental no vestuário feminino é a suspensão na cintura, que implica pressão em órgãos importantes, enquanto a pressão exercida no corpo do homem em seu vestuário se restringe aos ombros. Essa é a primeira constatação também de Steele e Lynn Kutsh. Sob uma análise anatômica, a posição na qual o espartilho é colocado indica que a pressão exercida pela peça pode afetar os pulmões, o coração, o fígado e o estômago, órgãos localizados na região da cintura.¹²⁰

¹¹⁴ Enquanto Summers busca textos escritos por médicos ao longo do século XX, Steele utiliza a colaboração da cardiologista Dra. Lynn Kutsch em um estudo recente dos problemas induzidos pelo espartilho e esclarece alguns mitos e algumas verdades a respeito dos malefícios da peça.

¹¹⁵ FRESH CENSURE OF THE CORSET: prominent medical testimony against any use of stays. *The New York Times*, New York, p. 12, 12 fev. 1893.

¹¹⁶ *Tight lacing* é a prática de apertar o espartilho ao máximo de forma que possibilite diminuição nas medidas. Atualmente ainda é praticada por grupos de fetichistas.

¹¹⁷ STEELE, Valerie. *Fetiche: moda, sexo e poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

¹¹⁸ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 103.

¹¹⁹ *Ibidem.*, p. 103.

¹²⁰ Cf. Figura 4, do Anexo 1.

O segundo depoimento apresentado pelo artigo, para “aquelas mulheres que procuram pela beleza no aspecto da pele”, é feito por um médico especializado em dermatologia, também não identificado. Este afirma que médicos de sua especialidade são chamados cinco vezes mais para tratar mulheres do que homens, no que diz respeito à acne rosácea, que o entrevistado descreve como “uma vermelhidão crônica, com maior ou menor desenvolvimento de espinhas que afeta o nariz e a parte da bochecha”. Pelo número dessa doença ser maior em mulheres do que em homens, o médico a vê associada com alguma característica presente no vestuário feminino. Ainda argumenta que, “falando como dermatologista”, está certo de que seja impossível curar tal doença em mulheres que não param de usar seus espartilhos apertados. A acne rosácea também estaria associada com problemas digestivos e com a anemia, e a melhor cura seria a omissão do espartilho. As autoras Summers e Steele não comentam a relação de doenças dermatológicas com o espartilho. Em relação aos problemas digestivos, a constrição do estômago poderia causar constipação e distúrbios da alimentação, e também problemas de controle da micção, mas não haveria evidências que o espartilho causasse doenças digestivas mais graves como úlceras ou câncer. Já quanto à anemia, atualmente sabe-se que essa doença está relacionada à nutrição e não a fatores externos ao corpo, como o vestuário.

No terceiro depoimento, um cirurgião do Hospital Glasgow para Mulheres, cujo nome também não foi identificado, afirma que “na parede da cava abdominal, onde a natureza sabiamente não colocou costelas, o costume adicionou costelas de metal, e mulheres as seguram em sua espinha com ganchos de aço”. Essa sustentação artificial tem suas conseqüências, que não são aprofundadas pelo médico, mas a pesquisa de Steele esclarece. O espartilho, mesmo obrigando a mulher a adotar uma postura ereta, não fortalece seu abdômen, como era pensado. Pelo contrário, foi acusado que a peça, usada por um longo período, enfraquece a musculatura abdominal, e chega até a atrofiá-la. Usado desde a infância, o espartilho deforma as costelas, mas quando usado por adultos, essa deformação é temporária. Ao contrário do que alguns textos encontrados por Steele afirmam, a peça não fratura as costelas, o que pode acontecer é a quebra de uma barbatana, que causa essa lesão. A autora baseia esse fato nas propagandas da época, que apontam para freqüência na quebra das barbatanas do espartilho¹²¹.

Por fim, no último depoimento, um médico de “alta autoridade”, novamente sem identificação, apresenta um recente caso. Segundo ele, uma senhora idosa em seu bairro havia morrido subitamente, e, ao realizar sua autópsia, afirma nunca ter visto tal dano causado pelo *tight lacing* praticado por anos pela morta. Seu fígado e seu estômago não apresentavam as características anatômicas normais, foram deslocados e recortados. Essas afirmações de que o espartilho seria responsável por essas anomalias são comprovadas pelo estudo de Steele, uma vez que a autora constata que o fígado era “puxado para baixo”. Contudo, segundo a autora, a deformação desse órgão e a perda de parte da sua função não eram necessariamente prejudiciais à saúde. O deslocamento e recorte do estômago eram responsáveis pelos distúrbios alimentares, principalmente a falta de apetite. Visto o estado desses órgãos, o sistema reprodutor

¹²¹ STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 72-3.

provavelmente também estaria danificado, o que não chega a ser citado no artigo. No artigo não está claro se o médico acusa o espartilho como responsável direto pela morte, mas ele relaciona a peça à anormalidade dos órgãos e às queixas, relatadas por amigos da falecida, de que ela “sempre foi uma grande sofredora com sua cabeça, coração, fígado e indigestão”. Não é possível provar que suas queixas fossem sintomas do que causou sua morte, mas elas indicavam alguns efeitos do espartilho sentidos por sua usuária.

No artigo **What Women May Wear**,¹²² publicado em 22 de maio de 1895, é anunciada uma audiência para meninas realizada no *Teachers College*, em *Morningside Heights*, no dia anterior. Margaret Stanton Lawrence, diretora, palestrou a respeito do vestuário e do desenvolvimento do corpo feminino. Lawrence condenou o espartilho, a causa de todos os brindes em jantares de médicos ser “[à] Mulher, melhor presente de Deus para o homem e para o sustento dos Doutores”. Para ela, os espartilhos seriam “belas máquinas, muitas vezes adornadas com fitas e rendas brilhosas, mas o espartilho mais folgado causa uma pressão de quarenta libras [aproximadamente de 18kg] na parte mais sensível do corpo, e um espartilho apertado uma pressão igual a setenta ou oitenta libras [aproximadamente de 32 a 36 kg]”. Alega que propagandas diziam “Lados de armadura, garantia de não quebrar”, o que ela considera, ironicamente, um bom nome.¹²³

Seguindo com a palestra de Margaret Lawrence, a diretora ainda reforçou a idéia de que homens e mulheres respiram da mesma forma, quando vestidos apropriadamente. Citou o Dr. Austin Flint que dizia que, quando crescidas, as mulheres respiravam diferente dos homens, mas alegou que o médico só testou mulheres “da moda”. Em contraponto, outro médico, Dr. Mosher, experimentou o espartilho em homens e constatou que a respiração com a peça se restringe ao peito, e, sem, abrange todo o tronco, o que indicaria que a respiração feminina é influenciada pelo uso da peça, e não por sua natureza. Para concluir essa parte, exemplificou com o caso dos cintos masculinos, que quando muito apertados podem prejudicar a saúde do homem. Sendo assim, “se homens não agüentam a pressão em volta da cintura, o que vocês pensam das mulheres?”, ela pergunta.

Na coluna **Her point of view**,¹²⁴ de 28 de junho de 1891, a autora faz um alerta para mães “prestes a colocar o espartilho em suas filhas pela primeira vez”. Um artigo sobre experimento de um cirurgião havia sido publicado recentemente em um jornal médico. Na Índia, o cirurgião selecionou macacas – cuja forma seria similar a das mulheres – e as envolveu em uma peça de gesso que simulava um espartilho, dando a elas clorofórmio para analisar o efeito da estrutura peitoral na respiração. Segundo o artigo, muitos dos animais morreram rapidamente, e todos

¹²² WHAT WOMAN MAY WEAR. Not corsets, of all things, said Mrs. M.S. Lawrence. Her illustrated lecture on dress girls of the teachers college learn much of value concerning healthy clothing. One man at the lecture. *The New York Times*, New York, p. 16, 22 mai. 1895.

¹²³ Sobre a peça vista como uma armadura, é curioso notar que alguns artigos do *New York Times* noticiam mulheres que foram salvas pelo espartilho após serem alvejadas por tiros à bala. Como no artigo **Saved by a Corset Steel**, publicado em três de dezembro de 1891, que relata que um homem tentou matar a sua mulher, mas os ferros do espartilho impediram a passagem da bala. Foram encontrados quatro artigos desse tipo na década de 1890, e outros seis nas primeiras duas décadas do século XX.

¹²⁴ HER POINT OF VIEW. *The New York Times*, New York, p. 12, 28 jun. 1891.

tiveram algum dano em seu organismo. A autora finaliza seu comentário afirmando que alternativas podem ser usadas em lugar do espartilho, como um casaco de malha.

Na pesquisa de Steele foi constatado que o uso da peça reduz a capacidade total dos pulmões, mesmo quando apertada moderadamente, como afirmavam os médicos. O espartilho realmente impede a movimentação do diafragma, o que resulta na redução da inspiração e na *dyspnea* (respiração curta). Contudo a autora afirma que essa não é uma condição ameaçadora, se pensarmos que grávidas e pessoas obesas também têm a movimentação do diafragma limitada. Condição limitante ou não, a preocupação dos médicos do final do século XIX em afirmar que esta não era uma característica intrínseca da fisiologia feminina foi importante para a dissociação da feminilidade com debilidade natural.

O artigo **Health and Sanitation**,¹²⁵ publicado em 14 de outubro de 1897, apresenta os temas do segundo dia da conferência cívica-filantrópica, dia 12 de outubro, que teve como palestrante o Dr. J. H. Kellog entre outros. Segundo Cunningham,¹²⁶ Dr. J. H. Kellogg era um dos mais conhecidos defensores da saúde, e também possuía propostas para uma reforma do vestuário. O médico alegava que o modo comum como a mulher se vestia era produzido de maneira generalizada e acentuava sua deterioração física. Seu “sistema de vestuário”, desenvolvido enquanto era diretor do *Battle Creek Sanitarium*, baseava-se na praticidade, na saúde e na arte. O sistema evitava qualquer peso nos quadris, ombros, ou qualquer parte do corpo. Segundo o panfleto do *Sanitarium*, “espartilhos e corpetes (*bodices*) eram para ser descartados para que a perfeita liberdade pudesse ser obtida”.¹²⁷ Kellogg acreditava que “qualquer jovem mulher que não havia arruinado permanentemente seu corpo por um vestuário mal construído poderia aprender a ficar como a Vênus Genetrix”.¹²⁸

No artigo, são transcritas algumas partes do discurso do Kellogg, que, com o subtítulo *Narcotic and Improper Dress*, expõe o que o médico pensava a respeito de vícios e da moda. Kellogg começou falando sobre os danos ao organismo comprovados causados por vícios como álcool, tabaco, absinto e até café, e em seguida, colocou na mesma categoria de “forças destrutivas” a “escravidão pelo vestuário convencional”. Segundo o médico, estudos comprovaram que depois do álcool e do tabaco, “não há outra força deteriorante que ataca destrutivamente contra a constituição da raça como forte, que não as roupas não-fisiológicas que prevalecem entre civilizadas mulheres americanas”. Dr. Kellog afirma que raramente uma mulher na faixa etária de 25 a 30 anos não sofreria de deslocação do estômago, dos rins, do intestino e de outros órgãos (o que já foi mencionado ser uma afirmação correta).

Segundo Summers, o discurso médico, reservado a um público privado, foi disseminado por feministas e reformistas do vestuário, que tornaram os discursos mais compreensíveis. Entretanto, as críticas médicas e as pesquisas reveladas, na época, que apontavam para um mal comprovado

¹²⁵ HEALTH AND SANITATION. This was the theme on the second day of the Civic-Philanthropic Conference. Views of learned experts. *The New York Times*, New York, p. 3, 14 out. 1897.

¹²⁶ CUNNINGHAM, Patricia. *Reforming womenn's fashion, 1850-1920*. Ohio: Kent State University Press, 2003.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 88.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 88.

causado pelo espartilho, não convenceram as mulheres a se libertarem da peça. Leigh Summers aponta esse fracasso pelo fato da falta de unanimidade na profissão, o que contribuiu “não apenas para perpetuar as reclamações femininas, mas para a sua negação cultural”.¹²⁹ A autora afirma que essa negação tem ecoado em discussões recentes sobre as reclamações das mulheres do século XIX, “que privilegiam o estereótipo opressivo de gênero como o principal fator causador na etiologia das doenças nervosas e do útero”¹³⁰. Summers afirma que

Privilegiar as expectativas culturais acima das causas físicas das queixas femininas é uma prática teórica perigosa. Isso porque torna trivial ou até inteiramente nega a realidade material da dor, e assim reduz ou até oblitera a realidade e história do sofrimento relacionado ao espartilho que foi suportado por muitas burguesas norte americanas e britânicas..¹³¹

2.2 A REFORMA DO VESTUÁRIO

Em 1851, Amelia Bloomer foi à Inglaterra divulgar seu traje racional feminino, o *bloomer*. Consistia em um corpete, uma saia razoavelmente ampla abaixo dos joelhos e, sob estas, calças largas até o tornozelo. Libertava o corpo das mulheres do peso das roupas e da constrição da cintura. A tentativa de Bloomer em reformar os trajes femininos provocou “uma explosão quase inacreditável de agitação, gracejos e censura”¹³². A idéia de que uma mulher usasse calças em pleno século XIX era mal vista pelos homens, que consideravam “tal atitude um ataque ultrajante à sua posição privilegiada”. O *bloomer* foi adotado por poucas mulheres na época em que foi lançado tendo repercussão apenas meio século depois, com a difusão do ciclismo.¹³³

Embora a hostilidade ao traje *bloomer* tenha resultado em seu desaparecimento na década de 1860, a discussão em relação a um vestuário com princípios diferentes dos convencionais não cessou. Alguns grupos ainda pregavam a “reforma do vestuário”. Em 1881, surgiu o Traje Racional, na Inglaterra, cujos membros, intelectuais preocupados com a saúde na moda, usavam roupas mais soltas e sapatos baixos. Protestavam em particular contra o espartilho, o peso das roupas e os saltos altos. Paralelamente, em outros lugares da Europa e da América, surgiram movimentos semelhantes que proclamavam a reforma do vestuário. Os trajes da reforma do vestuário poderiam ser chamados de estéticos, racionais e higiênicos. Eles não davam atenção para as características sexuais secundárias e frequentemente eram criticados por sua aparente falta de forma, em comparação com as roupas apertadas, que enfatizavam as formas femininas e masculinas.¹³⁴ Por não haver uma unidade, a bibliografia se refere a essas pessoas como “reformistas do vestuário” (*dress reformers*).

¹²⁹ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 119.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 11.

¹³¹ SUMMERS, *Ibidem*, p. 119.

¹³² Um desses gracejos pode ser conferido na Figura 5, do Anexo 1.

¹³³ LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 180-182.

¹³⁴ SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001, p. 93.

2.2.1 REFORMISTAS DO VESTUÁRIO

Alison Lurie afirma que as roupas da reforma, para nós, parecem “muito vitorianas”,¹³⁵ mas, na época, foram consideradas revolucionárias e semelhantes aos trajes usados na Idade Média e Renascença, ou pré-rafaelistas, como Laver afirma que os reformistas se consideravam.¹³⁶ Os objetivos dos reformistas do vestuário não era apenas lançar um novo produto à moda, eles possuíam uma maior motivação, ligada às noções de estética moral, aos argumentos relacionados à saúde ou aos esforços de melhoria nas condições sociais. As diferentes motivações difundiram sua influência em amplos setores, como “educação, direitos das mulheres, temperança, saúde, assim como as artes”, as quais envolviam “dança, teatro, música, artes plásticas e decorativas, e arquitetura”¹³⁷. No final do século XIX, a reforma das roupas era do interesse de diversas organizações, assim como um “fenômeno internacional”. Seus promotores incluíam reformadores da saúde ou higiênicos, educadores, feministas, médicos, artistas, clube de mulheres, dançarinas, atrizes, cantoras de ópera, membros da comunal e grupos religiosos, e muitas outras pessoas educadas.¹³⁸

Reformistas feministas, após a frustração da “roupa bifurcada” para a mulher, mudaram suas táticas e passaram a promover campanhas para remodelar ou banir completamente o espartilho.¹³⁹ Nos artigos selecionados do *New York Times*, embora não se saiba se escritos por “reformistas feministas”, percebe-se a forte campanha pela reforma do vestuário e pelo fim do espartilho. Dois dos artigos mencionam uma estilista, Annie Jenness Miller, supostamente ligada à reforma do vestuário.

Annie Jenness Miller era conferencista, autora de livros como *Physical Beauty, How to Obtain and How to Preserve It*, e editora do jornal *Dress*, focado na educação da mulher sobre a necessidade de um vestuário correto e educação física. Conhecida promotora do vestuário higiênico, apoiava os esforços do clube de mulheres de New England e chegou a criar um sistema de vestuário, dando atenção especial às roupas de baixo e aos vestidos de sair. Apesar dos artigos a tratarem como membro do movimento pela reforma do vestuário, a própria não se considerava como tal. Ela enfatizava que seu objetivo era a adaptação dos princípios de saúde e arte na vida e no vestuário, e por isso preferia o termo “vestuário correto”, no lugar de reformado.¹⁴⁰ Em suas palavras, acreditava que:

Aceitar a figura humana em sua beleza divina e pureza, que vai ser e permanecer a nossa ideia de adaptar a roupa essencial para preservar a unidade da figura todo, e não chamar a atenção para os detalhes da anatomia, como a moda é tão propensa a fazer. Vamos levar tão delicadamente que a picada de sarcasmo contra os nossos esforços como trabalho de “reforma do vestuário” será necessariamente recolhida sobre o autor e vislumbrada inocentemente de fora de nossa armadura. Livre da pressão, peso

¹³⁵ LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 234.

¹³⁶ LAVER, *Op. cit.*, p. 200.

¹³⁷ CUNNINGHAM, Patrícia. *Reforming women's fashion, 1850-1920*. Ohio: Kent State University Press, 2003, p. XI.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 5-6.

¹³⁹ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 145.

¹⁴⁰ CUNNINGHAM, *Op. cit.*, p. 82.

e deformidade será nosso objetivo – vestidos adaptado ao corpo natural imaculado pelos dispositivos de morte que comprimem os órgãos vitais e paralisam a energia mental e corporal; a liberdade para o exercício de todas as faculdades dadas por Deus; o direito da utilização de cada membro desimpedido pelo vestuário respeitado; vida e saúde exaltadas acima de todas as considerações de moda e nunca sacrificadas pelos mandatos dos costumes ignorantes que desafiam a lei da física.¹⁴¹

Na primeira parte da coluna **Her Point of View**,¹⁴² publicada em 31 de agosto de 1890, a conferencista não é apenas elogiada por suas “saías divididas” e seus vestidos, ou suas sugestões sobre a cultura física, mas também por sua própria figura e saúde. Sugere que suas habilidades e sua persuasão sejam levadas para o conhecimento de mulheres trabalhadoras, definidas no artigo como meninas de loja, vendedoras, qualquer uma cuja ocupação exija vagar pelas ruas em qualquer clima ou passar horas todos os dias em uma escrivaninha ou balcão, “a quem a adoção de tão saudável e conveniente vestimenta seria de grande valor”. A adoção das roupas de Jenness Miller poderia não apenas aumentar a sua força e conforto, mas de fato “prolongar as suas vidas”.

Para sustentar sua argumentação, a autora conta sua experiência. Em um dia no último inverno, estava em uma grande loja esperando sua vez de ser atendida no caixa. As meninas que ali trabalhavam estavam correndo de um lado para o outro para atender as clientes quando, no meio da confusão, uma encostou o braço na outra, que estava tentando alcançar uma caixa de fitas, e a deixou cair. A primeira menina falou que era sua culpa, e que seus pés a estavam machucando, ao passo que a ofendida respondeu que não se importava com o pequeno acidente, mas que sua cabeça estava “explodindo”. Em seguida, a autora analisa as roupas das meninas. A que tinha dor de cabeça usava uma saia pesada preta de belbutina em “mau estado”, cujo cóis folgado permitia que a arrastasse sobre seus quadris. Sua cintura estava coberta por um tecido de jérsei preto “barato”, e apesar de sua textura fina, podia-se ver um “espartilho cruel” por baixo. Envolta em seu pescoço, obedecendo à moda vigente, estava um pedaço de algum veludo preto, cujo “peso deve ter impedido o fluxo livre de sangue” pelas “delicadas veias”.

Ao descrever essa cena, a autora se pergunta: “Pobre, criança perdida, que pela cara era pateticamente jovem, era de se admirar que as têmperas latejavam e seus nervos estavam amarrados ao último arremesso da resistência?”. Sua companheira se vestia de forma similar, seu vestido não apresentava modificações que o fizessem mais confortável, apesar de, sem dúvida, em seu caso, a atenção estivesse voltada para os sapatos “miseráveis”, “mal-feitos”, “mal ajustados” e “possivelmente com saltos altos e bico estreito”. Leigh Summers¹⁴³ apresenta uma nota da *Rational Dress Society's Gazette*, de 1887, que apontava que muitas mulheres não conseguiam andar mais que algumas centenas de *yards* sem sentir fadiga, desmaiavam com muita facilidade e possuíam muitas dores de cabeça. A *Gazette* apontava os culpados como sendo o peso das roupas, o cabelo artificial e a pressão das amarrações. Os comentário a respeito

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 82.

¹⁴² HER POINT OF VIEW. *The New York Times*, New York, p. 13, 31 ago. 1890.

¹⁴³ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 110.

dos riscos do vestuário em **Her Point of View**¹⁴⁴ são finalizados com a conclusão na qual a fama de Jenness Miller brilha ao carregar em seus vestidos simplicidade, desenhos baratos para garotas como as citadas - que passam por “milhares de suas irmãs”-, e ao influenciá-las a largar seus “deformadores e mortais” espartilhos.

O artigo **The New Era in Dress**,¹⁴⁵ publicado em seis de setembro de 1891, contesta alguma idéias relacionadas à reforma do vestuário e defende o movimento. É afirmado que as roupas convencionais podem até ser belas, mas não servem para serviços que impliquem movimento, enquanto o objetivo da reforma seria garantir maior liberdade de movimentos sem negar ao vestuário “a beleza do tecido e das cores, mas atacar o corte, o número e o peso dos trajes”. Segundo o artigo

o esplendor derramado uma vez por luminares da reforma agora eclipsados contribuem para a grande iluminação sendo anunciada. Muitas mulheres que ouviram as palestras da Sra. Elizabeth Cady Stanton sobre o vestuário da mulher há muito tempo tem vindo a fazer esforços, pouco fracos, para a reforma desde então. O ataque ousado do Bloomers, o protesto patético da Dra. Mary Walker, os estéticos, mas amplos, vestidos de chá de algumas bem conhecidas mulheres literárias, nenhum deles tem sido sem proveito.

Para ilustrar a possível influência de pessoas que procuram reformar o vestuário, é elogiada a já citada Annie Jenness Miller, a quem muitas mulheres pensam “com profunda gratidão pela libertação do desconforto miserável, e até pela restauração da saúde, para permitir que seu trabalho seja considerado um fracasso”. Apesar de suas idéias serem ridicularizadas no âmbito da reforma, devido seu sucesso financeiro ter provado ser menor que o previsto, suas roupas parecem não ter como ser melhoradas em matéria de conforto, simplicidade e aparência. A autora nota a praticidade das roupas de Miller para mudanças de estações e temperaturas, e atende para o fato de “multidões de mulheres que não poderiam ser persuadidas a fazer qualquer mudança radical em sua aparência exterior sejam facilmente induzidas a dar uma chance às roupas da reforma”.

A autora também aponta as contribuições que Frances Stuart Parker pode fazer aos trajes de Miller. Parker era uma conferencista de Chicago que discursou sobre os programas de Chautauqua, um circuito popular de conferências. Escreveu *Dress, and How to Improve It*, seis anos depois da publicação do artigo que faz referência a ela.¹⁴⁶ No comentário sobre Parker, ela ser de Chicago e ser apoiada por um clube de reforma do vestuário da cidade, “dá segurança do sucesso”, o que indica que há um maior envolvimento das pessoas dessa região nas mudanças do vestuário.

Aparentemente, o movimento pela reforma do vestuário nos Estados Unidos não estava concentrado apenas no leste do país. É considerado, no artigo, que as influências de Chautauqua marcarão permanentemente os avanços da reforma do vestuário. Todas as seções

¹⁴⁴ HER POINT OF VIEW. *The New York Times*, New York, p. 13, 31 ago. 1890.

¹⁴⁵ THE NEW ERA IN DRESS. *The New York Times*, New York, p. 12, 06 set. 1891.

¹⁴⁶ CUNNINGHAM, *op. cit.*, p. 89.

dos Estados Unidos estão representadas lá. São citadas as garotas do Sul, que estariam contando pela disseminação das idéias de reforma, uma vez que o “amor da sulista por conforto físico e o ardor delas por temperamento a faz discípula pronta e defensora eficaz”. Quase três anos depois, aparece no *New York Times* o movimento do Colorado. O artigo **More for clothes reform**¹⁴⁷, publicado em 20 de maio de 1894, trata a organização do clube do vestuário das mulheres de Denver, que passaria uma petição para 100 mulheres que se comprometessem a colocar seu vestuário em evidência. A petição foi transcrita e é a seguinte:

Acreditando que a saúde, a graça e o conforto das mulheres crescerão através da adoção de um vestuário mais racional para os propósitos de negócios (incluindo donas de casa), Eu, quem assina, em consideração às 99 outras mulheres da Cidade de Denver severamente em acordo e comprometendo-se por um acordo similar a esse, aqui assino e me comprometo e concordo:

- 1) A me providenciar com o vestuário seguinte: Uma saia do vestuário racional, uma blusa ou corpete confortável, usando nenhuma barbatana de baleia ou ferros ou qualquer outro tipo, (seja na forma de espartilho, corpete ou corpete de vestido) e sapatos com saltos senso comum.
- 2) A usar o mesmo em público na cidade de Denver, assim que as 100 mulheres terem assinado este documento como deve ser determinado pelo Clube do Vestuário Racional do Colorado.
- 3) A continuar a usar o mesmo tanto no trabalho, negócios ou nas ruas por um período de pelo menos três meses após a data dita.
- 4) A usar minha influência para induzir outras a se juntarem ao Clube do Vestuário Racional do Colorado.

O clube do vestuário também passou uma petição suplementar para homens, que assinavam por um vestuário “racional e saudável”. O artigo conclui com o fato que “muitas mulheres proeminentes na sociedade de Denver estão entre os membros do clube, mas as assinaturas vêm lentamente, e é evidente que mulheres são conservadoras no que diz respeito a se comprometerem a uma saia dividida”. No ano seguinte, uma petição com o mesmo caráter seria realizada pelo *Conselho Nacional das Mulheres*.

2.2.2 CONSELHO NACIONAL DE MULHERES

Assim como, na segunda metade do século XIX, aumentou o número de mulheres da burguesia nas universidades e no mercado de trabalho, aumentou também o seu desejo de participar mais em funções fora da esfera doméstica. Ser moderna era mais do que usar a última roupa da moda,¹⁴⁸ e as preocupações femininas acerca do vestuário atingiram outros patamares. Por isso, não é estranho de se notar que a reforma do vestuário tenha sido discutida no Conselho Nacional das Mulheres, ao lado da reforma pelo divórcio, como anuncia o artigo **National Council of Women in Session**,¹⁴⁹ publicado em oito de maio de 1894. No dia anterior,

¹⁴⁷ MORE FOR CLOTHES REFORM. Denver women banding together in a movement for a rational dress. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 5

¹⁴⁹ GRAND ARMY POSTS ACCUSED. National council of women in session. *The New York Times*, New York, p. 8, 08 mai. 1894.

o Comitê Executivo e o Comitê de Regime do Conselho Nacional de Mulheres entraram em sessão, presididos por May Wright Sewell. O Conselho contava com mais de 700.000 membros nos Estados Unidos. A nota anunciou que um relatório feito por Frances E. Russell, de St. Paul, Minnesota, presidente do Comitê de Reforma do Vestuário, seria apresentado e revisado. Russell encarregava o Conselho de atacar o “danoso” espartilho e a “perigosa” saia longa.

A idéia de um Conselho Internacional de Mulheres, interessado no movimento pelo sufrágio feminino, foi concebida na primavera de 1882, quando Elizabeth Cady Stanton visitava a Inglaterra e a França. Em uma reunião com outras mulheres, em Liverpool, a sugestão do conselho foi favorável, e o primeiro passo para este ser realizado foi a criação de um Comitê de Trocas, cuja responsabilidade era organizar a Associação Internacional do Sufrágio Feminino, composto por, além de Stanton, representando os Estados Unidos, outras norte-americanas e mulheres da Inglaterra, Escócia, Irlanda e França. Uma das resoluções, proposta por Margaret E. Parker, dizia que “o encontro, reconhecendo que união é força e que chegou a hora que mulheres de todo o mundo devem unir-se na justa demanda por emancipação política”.¹⁵⁰ O primeiro Conselho Internacional de Mulheres aconteceu em março de 1888, em comemoração aos quarenta anos da organização da primeira demanda norte-americana por igualdade educacional, industrial, profissional e política para mulheres, feita em uma convenção em Nova York. Foram convidadas para o Conselho associações consideradas de valor nacional e mulheres que individualmente possuíam trabalho representativo, mas que ainda não estavam organizadas.

Em 1891, foi realizado o primeiro Conselho Nacional de Mulheres, nos Estados Unidos. Embora não tenha sido encontrada alguma reportagem no *New York Times* sobre este, Cunningham afirma que na primeira convenção, Frances E. Willard, primeira presidente, também havia falado sobre a reforma do vestuário. Muitas mulheres assinaram a petição “liberdade e senso comum” em roupas, que aparentemente seria semelhante à apresentada no artigo **More for Clothes Reform**,¹⁵¹ já mencionado. Jenness-Miller participou como membro do Comitê do Vestuário.

O segundo Conselho Nacional aconteceu em fevereiro de 1895. O artigo **Women Talk about Dress**,¹⁵² publicado em 28 de fevereiro de 1895, trata dos acontecimentos na segunda reunião do Conselho Nacional de Mulheres realizada no dia anterior. Segundo o artigo, este evento foi o de maior presença porque “o tópico da discussão lidou com o que é supremo nas mentes de muitas mulheres: Vestuário”. A discussão girou em torno das diferenças do vestuário feminino e masculino. Enquanto o primeiro não primava por conforto, o outro, não por beleza.

É relatado no artigo o discurso baseado no relatório do Comitê do Vestuário, preparado por Frances E. Russell, e lido por Rachael Foster Avery, da Filadélfia. Segundo o relato,

¹⁵⁰ ROBBINS, Louise Barnum. *History and Minutes of the National Council of Women*. Charleston: Bibliobazaar, 1898.

¹⁵¹ MORE FOR CLOTHES REFORM. Denver women banding together in a movement for a rational dress. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894.

¹⁵² WOMEN TALK ABOUT DRESS. Long skirts and corsets, condemned by the National Council. Picked shoes and high heels, too. Loosely-fitting gowns advocated – Frances E. Seavey tells what bicycle girls should wear. *The New York Times*, New York, p. 13, 28 fev. 1895.

novamente as mulheres condenavam não só o espartilho como as saias longas, que impediam a liberdade de movimentos. Russell cita um diálogo entre ela, uma mãe e uma jovem durante um ensaio fotográfico de bebês. No diálogo, a jovem elogia o vestuário do menino, de jérsei, que podia se movimentar de forma graciosa e pitoresca, enquanto as roupas da menina pareciam nunca satisfatórias. A mãe afirmou que meninos eram naturalmente mais graciosos; enquanto não paravam um minuto, as meninas ficavam em volta apenas observando. Frances Russell respondeu que não é possível falar em direitos iguais e chances justas enquanto meninas estariam acorrentadas e aprisionadas em seus trajes, por culpa de seu sexo. Summers nota que eram comuns, na década de 1890, reclamações dos reformistas do vestuário que as roupas apertadas dificultavam a emancipação política e a participação das mulheres em circuitos monopolizados por homens.¹⁵³ Cunningham, por sua vez, afirma que não eram poucas as pessoas que relacionavam “a restrição das roupas com os papéis limitados das mulheres, e ao que percebiam como uma posição inferior da mulher na sociedade”.¹⁵⁴ A reforma do vestuário feminino quase se tornou o símbolo da luta das mulheres pela libertação das constrictões da moda e pelo controle das suas próprias vidas. Muitas vezes, as roupas desenvolvidas pelo movimento eram chamadas de “trajes da emancipação”, e seus objetivos refletiam os movimentos relacionados aos direitos das mulheres.¹⁵⁵

Seguindo com o discurso escrito por Russell, foi apresentado o objetivo do movimento do vestuário racional: “ação unida, ajuda mútua”. Ou seja, a união para que nenhuma mulher assumisse seu vestuário racional sozinha, que, unidas, umas defendessem as outras, “especialmente para a causa daquelas que precisam mais de liberdade no vestuário, as inválidas e as trabalhadoras”. Foi comentado também que havia um descontentamento generalizado com o vestuário feminino, assim que as mulheres começavam a participar do mundo dos negócios e dos exercícios físicos. Russell afirmou que, ao vestir-se da forma convencional, a mulher evidenciava sua inutilidade. O segredo da persistência da saia estaria exatamente em seu incômodo, na dificuldade de movimentos da usuária, que a “desabilitaria, em boa medida, de qualquer ocupação”. A saia significaria para a mulher sua ociosidade. O mesmo se daria para os saltos altos e outros elementos do vestuário feminino, como o espartilho; a cintura comprimida como os pés comprimidos das “irmãs” chinesas.

É importante ressaltar em seu relato um breve comentário a respeito da influência de impressos. Revistas e *fashion plates* na Inglaterra, na França e na América do Norte divulgavam imagens coloridas de mulheres da moda com “pequenas cinturas implausíveis”.¹⁵⁶ Summers afirma que “feministas e reformistas do vestuário estavam cientes do poder das revistas e das propagandas na perpetuação dessa perigosa tendência”.¹⁵⁷ E, de fato, Frances Russell agradece aos jornais por, apesar de “dar, junto de ilustrações de moda de desumanizadas proporções que

¹⁵³ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 147

¹⁵⁴ CUNNINGHAM, *Op. cit.*, p. 5.

¹⁵⁵ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 146.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 106.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 106.

desagradam mais que agradam”, também apresentarem figuras de trajes para a bicicleta e os ginásios, que, aparentemente não interferiam na liberdade de movimento.

Outro aspecto importante do relato de Russell é que, segundo o que foi transcrito, a roupa perfeita ainda não havia sido planejada, mas o vestuário deveria obedecer a três objetivos a ser atingidos: conforto, utilidade e beleza. Ela acreditava que quando há demanda, fabricantes e bons estilistas expressavam boa vontade para fazer o que os reformistas do vestuário desejavam. Esse comentário foi contestado pela última palestrante, Julia Pauline, que argumentou que os estilistas não apoiavam as mulheres para a reforma do vestuário, se negando a fazer vestidos do movimento.

Seguindo com outros comentários da reunião, o artigo cita a Rev. Ida C. Hutton, que “vestida em um traje clérico que sugeria seu ministério”, falou sobre a ética do vestuário. Hutton afirmou que antigamente as mulheres se vestiam para a admiração dos homens, e não por sua saúde e prazer. Segundo sua visão, os objetivos do vestuário devem ser: conforto, economia e beleza. Ela afirmou que as roupas masculinas não seguem este último. Sua eloquência e os aplausos causados geraram o comentário do presidente Sewell, que afirmou que os “tempos mudaram quando uma mulher que fala sobre reforma do vestuário pode se aplaudida tão alto quanto uma cantora de ópera”. É importante enfatizar a palavra beleza no vestuário feminino reformado, dita tanto por Russell quanto por Hutton. Os vestuários desenvolvidos por reformistas eram considerados pela moda feios, por não seguirem o padrão de beleza e feminilidade da época. As formas não eram ressaltadas, uma vez que eram trajes folgados, que não comprimiam a cintura, e que eram leves, não aumentavam o quadril como as saias com diversas anáguas e crinolina. Além disso, alguns requeriam uma “saia bifurcada”, ou “dividida”, o que se assemelha muito com uma calça. Se na metade do século XIX o *bloomer* foi uma tentativa prematura, como diz Laver,¹⁵⁸ porque foi lançado no período de maior dominação masculina no Ocidente, e “em tais períodos patriarcais, as roupas dos dois sexos são tão claramente diferenciadas quanto possível”, no final do século, apesar de haver seu lento enfraquecimento da dominação, esse pensamento ainda estava presente na moda.

Por fim, Ellen A. Richardson, de Massachusetts, falou sobre um vestuário melhorado de um ponto de vista higiênico. Segundo ela, vestuário higiênico seria a “roupa oxigênica” ou se vestir de forma a dar “respiro puro”, “respirando por cada poro, da cabeça aos pés”. Para que isso fosse possível, a roupa deveria ser folgada e de material poroso. Ela condenou os saltos altos e bicos estreitos e também foi aplaudida. Clara B. Colby, de Washington, também apoiou o vestuário higiênico, e se opôs ao espartilho. No artigo ela é descrita com “um vestido folgado, com apenas um cinto na cintura”. Segundo Colby, mulheres sofreriam não por qualquer intenção divina, mas por causa da sua própria maneira de se vestir; “mulheres que se vestem de forma não saudável se acorrentam como um animal”.

O vestuário higiênico mencionado por Richardson e Colby é certamente diferente do chamado “espartilho higiênico”. Embora tenha sido uma tentativa de desenvolvimento de um

¹⁵⁸ LAVER, *Op. cit.*, p. 184.

espartilho mais saudável, sua criação visava às curvaturas do corpo feminino, não o “respiro”. Na prática não funcionou. Esse novo estilo produziu uma nova figura, no lugar da cintura de vespa, em X, a mulher tomava a forma de S, com o abdômen e os quadris empurrados para trás e o busto para frente. A cintura continuou a ser comprimida, e nesse novo estilo “a mulher moderna não deveria possuir barriga”.¹⁵⁹ Alison Lurie¹⁶⁰ afirma que esse espartilho alongado restringia ainda mais a locomoção. Steele complementa: “Após décadas, na verdade séculos, de avisos médicos e apelos de reformistas do vestuário, mulheres nos 1900 finalmente obtiveram... um espartilho mais desconfortável”.¹⁶¹

Apesar de seus esforços e dos aplausos descritos no artigo, o Conselho Nacional das Mulheres, na prática, não obteve grande colaboração feminina em sua continuidade. A adoção de calças, por exemplo, não foi completamente aceita pelas estado-unidenses – que preferiam seus vestidos da moda com suas amplas saias –, apesar de serem usadas para ocasiões específicas, como trabalho, viagens e esportes.¹⁶² Nem mesmo a reforma do vestuário é considerada um sucesso por seu movimento. Assim como o grupo médico, o movimento não possuía unidade e seus membros poderiam estar motivados tanto por posições política, pelos objetivos feministas de autonomia financeira e sufrágio, ou apenas pelos princípios da saúde, ou por ambos. A confusão ideológica e a disputa interna alimentavam a crítica.¹⁶³ Adicionados a isso, a adoção do traje racional ou do vestuário reformado proclamava a “assexualização na masculinização via a realização e vigor físico como os trajes folgados permitiam”, o que “era uma impensável violação da conduta de gênero, e era percebido como uma invasão do território masculino, tão alarmante e perigoso quanto as campanhas feministas por sufrágio”¹⁶⁴. O movimento pela reforma do vestuário também estava associado a idéias controversas, como o ateísmo e o amor livre, e, em exagero, a “um bebê alimentado com ópio e um marido sem botão e sem jantar”.¹⁶⁵ No artigo **The Wheelasa Reformer**,¹⁶⁶ publicado em primeiro de dezembro de 1895, é escrito que a reforma havia sido pregada às mulheres por anos, que era mais confortável, que preservava a beleza ao preservar a saúde, mas não conseguiu convencê-las até o ponto desejado, uma vez que estava dissociada da moda. E, “por mais humilhante que seja, a moda é muito mais forte que qualquer consideração ao conforto, beleza, ou até mesmo saúde”. Contudo, a reforma do vestuário não pode ser considerada um fracasso. Embora o vestuário não tenha sido alterado majoritariamente por influência direta dos reformistas, outros movimentos o tornaram possível, como a ginástica e a bicicleta e a mudança de mentalidade no âmbito da própria moda.

¹⁵⁹ STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 84.

¹⁶⁰ LURIE, *Op. cit.*, p. 230.

¹⁶¹ STEELE, *Op. cit.*, p. 85.

¹⁶² CUNNINGHAM, *Op. cit.*, p. 23.

¹⁶³ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 95.

¹⁶⁴ SUMMERS, p. 148.

¹⁶⁵ PHELPS, Elizabeth Stuart *apud* STEELE, *Op. cit.*, p. 60.

¹⁶⁶ THE WHEELASA REFORMER. What one woman's bicycle has taught her about clothes. Rational dress comes naturally. *The New York Times*, New York, p. 27, 01 dez. 1895.

2.2.3 A BICICLETA

O artigo **Health and Sanitation**,¹⁶⁷ citado no capítulo anterior, apresenta uma das esperanças do Dr. Kellogg: a bicicleta. Em seu discurso, o médico afirmou que a bicicleta não só liberta a mulher das saias longas, como as incentiva à abolição do espartilho e de outras faixas apertadas, graças à necessidade de capacidade respiratória. Se adotar um vestuário mais saudável para o dia-a-dia era uma opção para mulher, ao pedalar sua bicicleta, era uma necessidade. Os artigos do *New York Times* expressam esse fato e o incentivam, com sugestões de novos trajés.

Mesmo que o artigo **Moderation in Cycling**,¹⁶⁸ publicado em 27 de outubro de 1895, não tenha sido escrito para enaltecer a bicicleta, mas para alertar os leitores do *New York Times* sobre algumas precauções na prática do esporte, alguns comentários expressam seu poder no final do século XIX. É mencionada a onda de entusiasmo pela bicicleta que invadiu os Estados Unidos, que podia ser atribuída ao “relativo caráter inovador do exercício e o fascínio trazido por novas sensações de alegria, juntamente com a conveniência, baixo custo, e utilidade”. Segundo o artigo, “Outros esportes experimentaram marés de popularidade, mas nenhum foi tão amplamente alcançado e significativo como este”. Para aqueles com boa saúde “nenhum outro exercício ao ar livre oferece tanto quando o ciclismo, e é o melhor remédio para muitas das doenças geradas por uma civilização artificial”.

Pedalar, segundo artigo, fortaleceria os músculos das costas e cultivaria o hábito da respiração profunda. Praticar esportes ao ar livre melhoraria a qualidade de vida dos anêmicos, que inclui “aqueles de fraca circulação e digestão comprometida, pálidos, indivíduos magros, a quem a existência física é um peso”, características de “todos homens e mulheres de hábitos sedentários que não fazem exercícios ao ar livre”. Por esse motivo, muitos médicos teriam proclamado a bicicleta uma “benção moderna”. Além disso, a bicicleta teria “o elemento social de ser um dos poucos esportes que pode ser mutuamente aproveitado por ambos os sexos”. Para as mulheres, pedalar era ainda mais benéfico, e para provar isso o artigo extrai um discurso do Dr. R. L. Dickenson, que acredita que a bicicleta é uma forma de trabalho muscular muito mais prazerosa, sob o ponto de vista feminino, do que qualquer outro esporte. Segundo o médico,

Para ela, muitas vezes o ginásio [academia] significa rotina maçante, o boliche significa ossos do espartilho quebrados sob um lado, tensão repentina, a dança é feita em um mau ambiente durante as horas de sono, e andar à cavalo é um movimento incomodo dos órgãos pélvicos.¹⁶⁹

¹⁶⁷ HEALTH AND SANITATION. This was the theme on the second day of the Civic-Philanthropic Conference. Views of learned experts. *The New York Times*, New York, p. 3, 14 out. 1897.

¹⁶⁸ MODERATION IN CYCLING. Who should ride and what precautions are wise. Benefit or danger may result overexertion to be avoided. What doctors say in favor of the exercise. A boon for women. *The New York Times*, New York, p. 15, 27 out. 1895.

¹⁶⁹ MODERATION IN CYCLING. Who should ride and what precautions are wise. Benefit or danger may result overexertion to be avoided. What doctors say in favor of the exercise. A boon for women. *The New York Times*, New York, p. 15, 27 out. 1895.

No *New York Times*, há o que parece ser uma coluna¹⁷⁰ destinada a notícias e comentários a respeito do que envolve a bicicleta, intitulada **Among the Wheelmen**. Em oito de janeiro de 1895, é publicado nesse espaço – além a melhoria de estradas, campanhas de ciclistas, benefícios do esporte, melhorias de peças da bicicleta, clube da bicicleta – indicações de vestuário adequado para as mulheres, para se sentirem mais livres e para se protegerem do frio. A princípio, é mencionado o que foi escrito em *The Irish Cyclist*, revista sobre ciclismo. Além de afirmar que “a aristocracia está aderindo ao ciclismo” e que “o traje racional e seu exemplo farão esse costume comum”, mostra o movimento que une o ciclismo ao traje racional, no qual a senhora irlandesa Palisser, era pioneira. Palisser aprendeu a andar de bicicleta em Londres e logo em seguida adotou o traje racional. O artigo ironiza a mulher, que passeia em suas bicicletas em “miseráveis, desprezíveis, nojentas” calças e conclui que esse ato, além de incentivar a um “passatempo mais saudável”, combate o preconceito e a oposição “que uma mulher encontrará”. Palisser é, no artigo do *Irish Cyclist*, motivo de orgulho, e levar esse tipo de experiência para os leitores “auxilia a quebrar o preconceito que existe no presente, e que era ainda mais forte há um tempo, com todas as mulheres ciclistas”.

Em outra parte da coluna, são expostas as idéias de Ida Trafford Bell, a respeito de roupas para as ciclistas.¹⁷¹ Bell sugere roupas para o frio, uma vez que a “maioria das ciclistas (...) jogam fora pelo menos uma parte de seus cobertores de cintura quentes para assim ter perfeita liberdade dos músculos do tronco quando pedalam”. Para se prevenir do resfriado um suéter não bastava, por ser folgado e permitir a penetração do ar, era necessário um corpete de camurça para ser usado por baixo de outro corpete ou blusa ambos adequados para o esporte.

Em **The Wheelasa Reformer**¹⁷² é anunciado que surgiu um “novo e delicioso prazer” que “decisivamente demanda um vestuário sensato para aproveitá-lo”. Com as milhares de mulheres aderindo à moda da bicicleta, “sem hesitação”, os vestuários sugeridos pela reforma passam a ser adotados. É sugerido que a bicicleta e a reforma do vestuário trabalham juntas, uma vez que uma não se fortaleceria sem ajuda da outra. Com a procura por roupas mais livres, que não limitassem os movimentos enquanto uma mulher pedalava sua bicicleta, o próximo passo seria que o mesmo fosse feito quando faz uma caminhada. “Não é uma total surpresa”, é afirmado no artigo, que “quando a mulher tem pela primeira vez experimentado o conforto da roupa de bicicleta [...] ela não suspire ao usar isso todo o tempo, e mantenha seu cérebro ocupado para trabalhar modificando os trajes comuns, de acordo com seus ideais”.

No artigo é narrada a experiência que parece ser da própria autora com suas roupas e sua bicicleta. Ela não usou espartilhos, apenas um corpete sem barbatanas, e sua “cintura escapou de muito da pressão” de sua antiga roupa. À mulher, ou a si própria, então, é atribuído o papel de “reformista”, uma vez que ela mesma assume a importância de um vestuário livre de amarras. Não era só o espartilho que a impedia, mas o comprimento das saias também, que

¹⁷⁰ Foram encontradas cerca de 250 notícias com esse título, escritas durante a década de 1890.

¹⁷¹ Os trajes criados parecem populares, como mostra o deboche da Revista Punch, Figura 6, do Anexo 1.

¹⁷² THE WHEELASA REFORMER. What one woman's bicycle has taught her about clothes. Rational dress comes naturally. *The New York Times*, New York, p. 27, 01 dez. 1895.

além de impedir o movimento, ficavam enlameadas e passavam a umidade do tempo para os sapatos e meias. Pensando em o que seria mais adequado usar ao pedalar sua bicicleta, a autora modifica algumas de suas roupas velhas, encurta uma saia, transforma duas anáguas em uma espécie de calça, liga a parte inferior a um corpinho, sem barbatanas, com ganchos e um cinto. Feitas essas modificações, ela se sentiu “tão leve e livre”. Convidada para um passeio após andar de bicicleta, observou que daria muito trabalho trocar suas roupas, e foi caminhar assim mesmo. Essa experiência fez a mulher “pensar seriamente as razões para a diferença e tentar aplicar os mesmos princípios em sua vestimenta tradicional”.¹⁷³

No *Conselho Nacional de Mulheres*, segundo o artigo **Women Talk about Dress**,¹⁷⁴ Frances E. Seavey também falou sobre traje para o ciclismo. Segundo ela, “as rodas vieram para ficar”. Não é possível medir o quanto, mas o relato de mulheres e suas bicicletas mostram que elas estavam se tornando mais ativas também no âmbito da educação física. Se o espartilho era responsável por uma série de limitações à saúde como já foi mencionado, esse fato era mais uma ameaça a sua popularidade. Logo, se o movimento por sua abolição foi rejeitado por muitas, a vida mais ativa gradualmente pode ter o tirado da moda.

2.2.4 “REFORMA” NÃO, “ALTERNATIVA”

Segundo Valerie Steele, aquelas pessoas que acreditavam que a reforma do vestuário deveria ser realizada com fins utilitários e econômicos, ignorando o atributo decorativo da vestimenta, ignoravam o fato que “muitas mulheres experimentavam pelo menos alguns aspectos dos prazeres da moda”¹⁷⁵. Mulheres “comuns”, ou seja, aquelas que não estavam envolvidas com movimentos feministas ou de reforma, poderiam estar preocupadas com as conseqüências alegadas pelos médicos, mas se recusavam a adotar o vestuário da reforma. Contudo, no final do século XIX, surgiram alternativas, dentro da moda, que possibilitavam à mulher trocar o seu espartilho por um corpete ou uma cinta, peças mais leves. O artigo **For Those Liberated Women**¹⁷⁶, publicado em 20 de maio de 1894, oferece algumas sugestões às leitoras do *New York Times*.

A motivação para a publicação desse artigo deu-se graças às várias cartas que o jornal recebeu de leitoras que gostariam de sugestões de vestuário que não exigissem o uso de espartilhos, como é afirmado em seu início. O artigo indica a tendência à desobrigação

¹⁷³ A autora segue seu texto passando aos leitores algumas dicas de transformação do vestuário de forma que se adaptasse ao uso da bicicleta. A customização consistia basicamente em encurtar as saias; quanto menos material abaixo dos tornozelos possível, melhor. Adicionadas às saias, devem estar roupas de baixo “bifurcadas”, que esquentam o corpo. Para o verão, são indicados tecidos de algodão, e para o outono e inverno, lã, para serem usados por baixo do corpete sem barbatanas. Entre as vantagens desse novo traje estão a economia e a leveza. Mas ainda “não é o ideal”, “e ela está esperançosa para o dia em que mulheres escaparão das amarras da moda e demandarão um vestido para caminhadas tão confortável quando o traje das rodas”.

¹⁷⁴ WOMEN TALK ABOUT DRESS. Long skirts and corsets, condemned by the National Council. Picked shoes and high heels, too. Loosely-fitting gowns advocated – Frances E. Seavey tells what bicycle girls should wear. *The New York Times*, New York, p. 13, 28 fev. 1895.

¹⁷⁵ STEELE, *op.cit.*, p. 59-61.

¹⁷⁶ FOR THE LIBERATED WOMEN: those valiant ones who will give up the binding corset. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894.

do espartilho como sinal de feminilidade, ao ser afirmado que mais e mais mulheres estavam largando este item do vestuário, e que muitas mães, “embora sentissem que fosse tarde para elas”, estavam persuadindo suas filhas a não adotar a peça. Esse seria o “curso legítimo” de toda a reforma. Falando em nome e para outra parcela das mulheres que não reformistas, no artigo é admitido ser “impossível persuadir todas as mulheres a aparecer um dia sem o espartilho (...) mas cada mulher que descarta seu espartilho procura sua própria ou outra saída na medida do possível”.

Aqui, abandonar o espartilho é considerado um ato de “coragem”, que exige “personalidade, perseverança, até mesmo fé”, uma vez que “a natureza humana é muito fraca, quando se trata da aparência”, e a cintura fina é uma forma feminina adotada por gerações. Para ilustrar essa mentalidade, o texto relata a história de uma mulher que afirmou ter ouvido um dos discursos mais “patéticos” que já escutara de uma amiga, quando discutiam sobre o vestuário higiênico e o uso ou desuso do espartilho. Ela comentou que precisaria um “bom acordo de coragem moral” para desistir, ao passo que a amiga respondeu que precisaria “lutar contra Deus”.

Após esse breve incentivo, o artigo oferece ilustrações com uma breve descrição das roupas da estação que seriam favoráveis ao desuso do espartilho.¹⁷⁷ Sugere jaquetas, camisas e saias mais estruturadas, nas quais mulheres que “se portam e caminham bem”, e que possuem “um corpo em forma”, não pareceriam estar sem o espartilho. Também sugere corpetes adornados que reduziriam o tamanho aparente da cintura. São descritas e ilustradas peças da nova estação que simulavam uma cintura, como alternativa para a utilização do vestuário higiênico.

Ligadas aos movimentos pela reforma, alarmadas por médicos, entusiasmadas com a bicicleta ou centradas na moda, embora não tenha acontecido uma abolição imediata do espartilho, o fato é que as mulheres aos poucos o tornaram uma opção para as mais conservadoras, ou para as que usavam por gosto. De acordo com Alison Lurie¹⁷⁸ essa lenta progressão da reforma do vestido, relaxamento gradual do espartilho e subida da bainha da saia, atingiria seu extremo de liberação na década de 1920, quando a mulher abandonaria a cintura de vespa ou o formato “S”.

¹⁷⁷ Cf. Figura 7, do Anexo 1.

¹⁷⁸ LURIE, *Op. cit.*, p. 226.

3 OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA

Por séculos, o vestuário respeitou os limites das classes sociais, hierárquicas, profissionais e até sexuais, onde cada um poderia se vestir somente de acordo com o seu papel social. Até mesmo leis foram formuladas para descrever o que era permitido vestir, para assegurar a cada classe suas devidas distinções de maneira ostensiva, ou seja, uma forma de “colocar cada um no seu lugar”. Para estudar o pensamento de uma época, a roupa não deve ser discutida apenas por sua questão de gosto, de economia ou de produção. Para alguns autores, a roupa, por questões físicas e culturais, pode tanto libertar o indivíduo, quanto aprisioná-lo. E no caso das mulheres, as roupas femininas, apoiadas por outras instituições sociais, podem ter servido para colocá-las em um papel aparentemente submisso e passivo, principalmente durante a era Vitoriana, quando a passividade era um ideal da aparência feminina. O espartilho é um dos principais instrumentos que mostra essa relação de dominação nesse período.

O espartilho como opressor é uma visão que se sustenta durante a era Vitoriana, por seus valores de moralidade relacionados à aparência, e por ser o período no qual a peça tornou-se mais restritiva, apertando o corpo da mulher e dificultando seu movimento. Em artigo publicado em 1891 no *New York Times*, intitulado **The New Era in Dress**,¹⁷⁹ a autora narra sua própria experiência com o espartilho. É dito que sua “forma naturalmente graciosa” foi espremida de tal forma que a região da cintura parecia uma dobradiça, como se seu corpo pudesse ser rompido em dois.¹⁸⁰ Afirma que “esse é o esperançoso esboço da garota do Brooklyn que vive hoje em dia e respira – com o pouco que sobra de ar a ela após o espartilho ser amarrado”. Para ela, a beleza é ainda mais destruída pelas dores de cabeça, tonturas, desmaios e dores dos músculos tensos: uma garota de apenas 21 anos já pareceria uma velha. Ainda é afirmado que, embora existam aquelas que “realmente não comprimem os pulmões de asfixia”, são poucas as mulheres que não deixam as cordas do espartilho apertadas o suficiente para manter sempre o mesmo número da peça, para assim cumprirem determinado padrão de beleza.

O espartilho afeta o corpo físico, como já foi explicado, mas seus efeitos são exaltados como símbolo de uma restrição sofrida pela mulher em seu papel social, daí seu papel opressor. Segundo Summers, as “doenças da moda”, relacionadas com peças do vestuário, seriam a somatização da insatisfação das mulheres vitorianas, e uma forma de “se rebelarem das restrições de suas vidas, ou exigir atenção, reconhecimento e poder negados a elas”.¹⁸¹

3.1 CORPO “DESESPARTILHADO” E EMANCIPAÇÃO FEMININA

O *bloomer*, na época em que foi lançado, foi ridicularizado nos dois lados do Atlântico e, como resultado, evitado por muitas feministas que temiam que fosse prejudicar a “causa”,

¹⁷⁹ THE NEW ERA IN DRESS. *The New York Times*, New York, p. 12, 06 set. 1891.

¹⁸⁰ A Figura 8, do Anexo 1, pode retratar essa percepção da autora.

¹⁸¹ SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001, p. 87.

seja a causa da reforma do vestuário ou sufrágio, ou ambos. Para Summers,¹⁸² esse fracasso em converter as mulheres a reformar o vestuário pode, em parte, ser responsável pelos equívocos do século XX ao dizer que reforma do vestuário não era um assunto importante para o feminismo do século XIX. Por outro lado, Steele¹⁸³ aponta para o fato que a maioria das feministas não fez do vestuário alta prioridade, e, por isso, não pode ser considerado verdade absoluta que a reforma do vestuário progrediu com a emancipação feminina. Contudo, a mudança do vestuário pode não ter sido pauta da maioria das discussões a respeito dos direitos femininos, e a reforma pode ter sido rejeitada como movimento, mas, relativamente, seus objetivos foram concretizados aos poucos ao longo do século XX, assim como a emancipação feminina. E eles podem estar relacionados, mesmo que indiretamente. Pelos escritos de Lurie¹⁸⁴, por exemplo, podemos constatar que o vestuário além de *falar*, *ironiza* a situação de seu usuário:

A mulher comum que mantinha um emprego ou opiniões emancipadas, ao invés de um vestido enfeitado de rendas, podia usar um traje de linho ou lã, de corte simples (o “feito sob medida”) com uma blusa, gravata e um chapéu de palha que imitava os usados pelos homens. Mas essa imitação era superficial. Por baixo dessas roupas, o espartilho era tão desconfortável e limitador quanto antes, e quando ela erguia sua pesada saia, comprida até o chão, mostrava a barra de anáguas delicadas e meias rendadas. A mensagem era clara: a eficiência ou força intelectual masculina eram somente externas; por baixo, ela continuava a ser um membro do sexo mais frágil. Entretanto, usar essas roupas não significava necessariamente a aceitação do status quo. Algumas feministas as usavam deliberadamente para confundir ou desarmar seus adversários: na verdade, várias líderes do Movimento de Emancipação foram famosas por sua elegância. Esse estratagema também foi usado durante a segunda onda de liberação das mulheres, por Gloria Steinen, entre outras.

As roupas não só manifestam padrões estéticos, como podem contestá-los. Mulheres que lutam a favor dos direitos de seu sexo podem tanto vestir-se como homens, para se mostrar iguais a eles, como respeitar parâmetros de feminilidade pré-estabelecidos, para re-afirmar que o que as faz diferentes não necessariamente as faz inferior. De qualquer forma, o corpo vestido serve como uma leitura do que está implícito. Steele afirma que “para muitos homens, a mulher moderna era um ser sem cintura, símbolo de uma civilização sem catedrais ou sexos”.¹⁸⁵ O corpo “desespartilhado” do final do século XIX, então, produzia conclusões ambivalentes. A maioria dos textos da moda eram contra o *tight lacing*, mas também eram hostis às mulheres que abandonavam completamente seus espartilhos. A prática do apertar era claramente prejudicial à saúde, além de ser imoral, vista como doença.¹⁸⁶ Mas o não apertar em todo significava uma nova forma do corpo feminino, que poderia vir acompanhada de uma nova mulher. Segundo Summer,¹⁸⁷

¹⁸² SUMMERS, *Op. cit.*, p. 145.

¹⁸³ STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007, p. 143.

¹⁸⁴ LURIE, *Op. cit.*, p. 235-236.

¹⁸⁵ STEELE, *Op. cit.*, p. 152.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 87. Em análise das cartas enviadas ao *The Englishwoman's Domestic Magazine*, presente em ambas as obras *The Corset* (2007) e *Fetich* (1997), Steele aponta para o caráter sexual do *tight lacing*, motivo para ser tratado como imoral e, posteriormente, fetich.

¹⁸⁷ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 144

parece que a ansiedade gerada pelo corpo feminino desespartilhado possivelmente foi tanto um disfarce e uma reflexão de outros medos menos bem articuladas sobre questões mais amplas sobre a feminilidade, relacionada ao aumento da militância política feminina e à evolução da posição das mulheres em geral.

O corpo feminino burguês “espartilhado” é percebido como “dócil e obediente”, não ameaçava o *status quo* político e sexual, enquanto o corpo libertado parecia “potencialmente desestabilizador, ideologicamente opositor”.¹⁸⁸ Complementando, Perrot escreveu sobre o antifeminismo, que

alimenta-se antes das conquistas das mulheres, do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela “mulher emancipada” que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, justamente, confinar-se à “vocação” materna. Essa “nova Eva” (a expressão é de Jules Dubois em 1896) suscita o fervor daqueles – poucos – que sonham com companheiras inteligentes e livres, porém mais generalizadamente o medo daqueles que temem ser desbancados [...] e vêem nessa ameaça do poder feminino o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes.¹⁸⁹

Entretanto, essa é uma visão intelectualizada. O estudo das mensagens presentes nos artigos de *New York Times* traz para o debate o pensamento da “mulher comum”, aquela que, aparentemente, não estava envolvida em movimentos políticos, educacionais ou de saúde, a quem liberdade ou escravidão possuíam um significado individual, não menos importante. A “mulher comum”, como foi visto, se sente presa em suas roupas quando se vê incapacitada de exercer livremente uma diversão, que foi o caso da bicicleta. Em **The New Era in Dress**,¹⁹⁰ é considerado que a diversão ao ar livre foi a principal responsável pela reforma do vestuário, “mais ainda do que pode ser creditada aos *decretos autocráticos* do Conselho Nacional das Mulheres”.¹⁹¹ Não é negado que as garotas “atléticas” ainda acreditavam que a beleza feminina estava na cintura fina, mas, aos poucos, abandonavam seus espartilhos para poderem praticar exercícios. E se a liberdade, vista por esse lado, não possui caráter político ou social, muito menos o consentimento a cerca uso da peça se dava, obrigatoriamente, pela vontade feminina de ser submissa, de reforçar seu papel social voltado ao doméstico.

3.2 O CONSENTIMENTO FEMININO

Laver¹⁹² escreve que a “mulher [do século XIX] era um navio majestoso navegando orgulhosamente na frente, enquanto um pequeno escaler – seu acompanhante masculino – navegava atrás”. No artigo **The New Era in Dress**, a “mulher civilizada” é comparada à “mulher selvagem”, e é esta última quem leva a vantagem no que diz respeito ao vestuário. Enquanto

¹⁸⁸ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 147

¹⁸⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 183.

¹⁹⁰ *Op. cit.*

¹⁹¹ *Ibidem* (grifo meu).

¹⁹² LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 180.

a “mulher selvagem” buscaria conforto e conveniência em suas vestimentas, a “civilizada”, apesar de todos os avanços da civilização, ainda era escravizada por suas roupas. O vestuário ainda era um obstáculo para o sucesso das mulheres “como competidoras com homens no mundo dos negócios”. A autora contesta a ridicularização e inferiorização da mulher por seu vestuário de “múmia”, mas afirma “quer seja ou não verdade que o direito por sufrágio não é concedido às mulheres porque elas não o querem, certamente a reforma do vestuário é atrasada porque mulheres não a aceitam”.¹⁹³

No artigo **What Woman May Wear**,¹⁹⁴ já citado, a palestrante Margaret Lawrence apresenta para sua audiência de universitárias roupas do vestuário higiênico, que incluíam corpetes sem barbatanas, ternos, roupas para chuva, trajes de bicicleta e roupas de baixo. O objetivo de Lawrence era apresentar para as meninas como elas poderiam desenvolver seu corpo de forma saudável, apenas usando o vestuário adequado. Segundo o artigo, a palestra era para as mães das estudantes, mas por causa do mau tempo elas não apareceram. Elizabeth Cady Stanton, uma das criadoras do Conselho Internacional de Mulheres, mãe de Lawrence, foi a convidada de honra, e foi aplaudida pelas meninas enquanto vinha pela sala com sua filha. Stanton se disse orgulhosa da filha e afirmou:

Tenho esperado por 50 anos [...] para fazer oportunidades para o meu sexo. Agora a estrada está aberta, estou orgulhosa em ver que minha filha está tentando desenvolver as mulheres em grande escala, para preencher os nichos que eu ajudei a criar.

As ativistas feministas relacionadas com a reforma do vestuário estavam “exortadas a se ‘libertarem’ e ‘emanciparem’ seus corpos da escravidão da vestimenta”.¹⁹⁵ Contudo, apesar de seus esforços em criar uma nova silhueta ou em criar trajes que as mulheres considerassem belos, até o final do século XIX, a feminilidade ainda era encontrada nas curvas femininas formadas pela cintura realçada. No artigo **The New Era in Dress**¹⁹⁶ é afirmado que as mulheres acreditavam na reforma apenas aplicando em outra pessoa, em seus amigos, parentes ou conhecidos. A elas mesmas, “bom, como eu pareceria!”. Uma das desculpas utilizada por mulheres para não aderir à reforma é reproduzida: “Oh, eu acho que é esplêndido! Eu absolutamente não aprovo espartilhos. Acho que eles são muito prejudiciais! Mas eu – oh, que eu não poderia ir sem eles!

¹⁹³ Sobre isso, Perrot, em *Os excluídos da história*, afirma que “O feminismo entre nós continuaria a ser um fato ‘social’, não político. A idéia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema de consentimento que aí se coloca” (1998, p. 184). Apesar de se tratar de um comentário a respeito da França e das sociedades latinas, parece complementar o comentário presente no artigo.

¹⁹⁴ WHAT WOMAN MAY WEAR. Not corsets, of all things, said Mrs. M.S. Lawrence. Her illustrated lecture on dress girls of the teachers college learn much of value concerning healthy clothing . One man at the lecture. *The New York Times*, New York, p. 16, 22 mai. 1895.

¹⁹⁵ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 145.

¹⁹⁶ *Op. cit.*

Eu sou tão forte, eu seria um espetáculo! Você é tão magra, você pareceria bem”.¹⁹⁷ Ao que parece, o problema não era o apego ao espartilho, mas ao corpo esbelto e “feminino”.

Apesar do desconforto causado pela cintura comprimida, e da desnaturalização da forma, “muitas mulheres estavam determinadas a atingir o ideal da moda, possivelmente para se parecerem com nos *fashion plates* e nas revistas populares”.¹⁹⁸ Por que as mulheres, em sua maioria, pareciam consentir com sua situação de dominadas? Segundo Perrot, elas encontravam compensações, “uma relativa proteção, uma menor inculpabilidade, o luxo ostensivo das burguesas incumbidas das aparências” e “uma maior longevidade”.¹⁹⁹ Steele afirma que a relutância das mulheres a abandonar o espartilho estava relacionada com seu interesse por “roupas da moda”, o que permitia que “elas articulassem subjetividade sexual de uma forma socialmente aceitável”,²⁰⁰ além do fato que a peça escondia alguns “defeitos” físicos, tornando-as mais belas conforme os padrões da época.

Para Summers, “infelizmente, a relutância das mulheres em abandonar o ‘objeto fatal de desejo’ demonstrou para os oponentes homens da emancipação feminina a irracionalidade que revelou inaptidão das mulheres para o rigor da esfera pública”.²⁰¹ Para reforçar essa forma de pensamento estava o fato de que eram as próprias mulheres quem insistiam que suas filhas ou netas cumprissem as normas do vestuário, uma vez que “dentro da família, o patriarca normalmente destinava para sua esposa ou até mesmo sua mãe a autoridade em decidir como as mulheres da família deveriam estar vestidas”.²⁰² Isso não quer dizer, necessariamente, que as mulheres contribuíam para sua própria submissão. Segundo Chartier,

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Como prova, de início o “efeito de beleza”. Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. O “efeito de beleza” deve ser entendido como uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta - aceita mas que se volta contra a ordem que a produziu.²⁰³

As fissuras que corroeriam as formas de dominação masculinas nasceriam com frequência no próprio consentimento, “quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência”.²⁰⁴ Cabe aqui voltar ao exemplo de Lurie²⁰⁵, no qual algumas feministas utilizavam o vestuário para “confundir ou desarmar seus adversários”.

¹⁹⁷ “Oh, I think it’s just splendid! I don’t approve of corsets at all. I think they’re very injurious! But I – oh, I could’nt go without them! I am so stout, I’d be a sight! You are so slender, you ‘d look all right”, THE NEW ERA IN DRESS, *Op. cit.*. (tradução minha).

¹⁹⁸ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 106.

¹⁹⁹ PERROT, *Op. cit.*, p. 138.

²⁰⁰ STEELE, *Op. cit.*, p. 35.

²⁰¹ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 97.

²⁰² STEELE, *Op. cit.*, p. 51.

²⁰³ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólicas. *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47, p. 41.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 42.

²⁰⁵ LURIE, *Op. cit.*, p. 235-236.

Se pensarmos sob este ponto de vista, o espartilho pode representar um consentimento para proteger o *status quo* (ou melhorar de) através do casamento, utilizando-se do “efeito de beleza”. De acordo com Steele, era compreensível que as mães e avós agissem dessa forma, já que a vida socioeconômica feminina ainda dependia do casamento, e, para este ocorrer, era preciso preservar a beleza e o decoro da jovem.

Apesar de se alegar que alguns homens eram desfavoráveis ao uso de espartilho por suas mulheres, eles parecem ser um pequeno grupo. No artigo **The New Era in Dress**,²⁰⁶ o principal obstáculo contra a reforma apontado seria a sensualidade vista pelos homens, muitas vezes expressa em jornais eróticos. Até mesmo a cultura física aperfeiçoaria o físico feminino “até ela se tornar ‘um animal magnífico’”. Contudo, a mulher não gostaria de “ter a volta de seu tornozelo, a altura de seu peito do pé, a curva de seus membros, comentados por homens”. Mesmo assim, o medo dos comentários “rudes” masculinos dissuadiria as mulheres a adotarem um vestuário higiênico; “as mulheres encolhem mais sob o comentário dos olhos do que da voz”. Segundo o artigo, se as mulheres, por sua vez, encarassem os homens do mesmo “jeito desagradável”, eles adquiririam a modéstia da mulher e “se retirariam em anáguas de uma só vez”. Sobre isso, apesar de adiantar o que será, em parte, tratado no próximo subitem, Bourdieu afirma que

Aos que objetariam que inúmeras mulheres romperam atualmente com as normas e formas tradicionais daquela contenção, apontando sua atual exibição controlada do corpo como um sinal de “liberação”, basta mostrar que este uso do próprio corpo continua, de forma bastante evidente, subordinado ao ponto de vista masculino (como bem se vê no uso que a publicidade faz da mulher, ainda hoje, na França, após meio século de feminismo): o corpo feminino, ao mesmo tempo oferecido e recusado, manifesta a disponibilidade simbólica que, como demonstram inúmeros trabalhos feministas, convém à mulher, e que combina um poder de atração e de sedução conhecido e reconhecido por todos, homens e mulheres, e adequado a honrar os homens de quem ela depende ou aos quais está ligada, com um dever de recusa seletiva que acrescenta, ao efeito de “consumo ostentatório”, o preço da exclusividade.²⁰⁷

Não apenas na sensualização do corpo feminino, homens também eram responsáveis pela criação de trajes que eram mais incômodos ainda do que os usuais. No artigo citado, é ironizado um inglês que conseguiu criar algo original, “suficientemente reformador para servir em uma prisão russa”. A peça, chamada de “saia inclusa” (*inclosed skirt*), é descrita como “um saco com buracos” para amarrar as mulheres: “é considerada adequada para um traje de tiro, provavelmente porque a mulher que a usa vai se sentir atirando, e atirar para matar, especialmente se o alvo for o homem que inventou isso”. Ainda é afirmado que “ninguém mais que um homem poderia tê-la inventado”.

²⁰⁶ *Op. cit.*

²⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 41. Essa afirmação parece contrariar a citação de Chartier, mas, nesse caso, acredito que o fato de não ter existido uma total ruptura com o corpo feminino subordinado ao ponto de vista masculino não exclui que as manipulações – fissuras – ainda estejam presentes no cuidado com a aparência, e que possam servir para proteger os interesses femininos em espaços dominados por homens.

3.3 LIBERTAÇÃO E MUDANÇA DE SIGNIFICADO

O artigo **The New Era in Dress** conclui que

Reconhecendo as perplexidades em volta da questão da reforma, as mulheres que têm o bem-estar da Mulher no coração talvez, sem irreverência e com muita sinceridade, adicionem à Ladainha a petição: De todas as roupas desconfortáveis e não saudáveis, bom Deus, me liberte.²⁰⁸

Se, no final do século XIX, o espartilho atingiu novas proporções, os modelos eram cada vez mais numerosos e específicos (havia espartilhos para a manhã, para banho de mar, andar a cavalo, andar de bicicleta, entre outros), no início do século seguinte, a industrialização e a melhoria no padrão de vida, aliadas aos movimentos feministas, estéticos e artísticos em crescimento e ao esporte permitiram que as regras impostas ao vestuário até então fossem gradualmente abandonadas.

O final do século XIX foi um momento no qual a história da mulher passou por uma transição, a qual Sennet²⁰⁹ chama de “desvitorianização”, e que Steele²¹⁰ descreve como mudanças que ocorriam “abaixo da superfície”, e época em que crescia uma “beleza moderna”. Lurie²¹¹ chama a mudança no vestuário feminino desse período de liberação da “obrigação de propagandas caminhanças de sua própria impotência e da riqueza de seus parentes homens”. Vários fatores influenciaram o declínio, em maior ou menor grau, do espartilho. Além dos protestos de reformistas do vestuário e de médicos e do advento da bicicleta, outras transformações ainda podem ser apontadas, uma delas, a ginástica.

Segundo Calanca, a prática de esportes identificava-se com a idéia de distinção e de modernidade que a Inglaterra evocava, a partir da Revolução Industrial.²¹² A ginástica foi introduzida na Grã-Bretanha, na América do Norte e na Alemanha em 1850. A introdução dessa modalidade teve um rápido impacto nos círculos educacionais na Grã-Bretanha e da América do Norte, em menos de uma década de sua introdução. Se em 1870 os exercícios estavam sendo praticados por um crescente grupo de colegiais e universitárias, em 1880 a ginástica já atingia o nível de “entusiasmo fanático”.²¹³

Durante a década de 1870 foram patenteados espartilhos próprios para a prática de exercícios físicos, mas, para Summers,²¹⁴ estes pouco diferiam dos outros, e não reduziam a compressão do torso. Aparentemente, já nesse período a ginástica e o abandono dos espartilhos pelo exercício físico ameaçavam a comercialização da peça. Nessa década, houve a intenção de re-inserir o espartilho no mercado com uma nova aparência, glamourizada, com novas cores e a possibilidade de usá-lo por cima das roupas, como um corpete. Essa

²⁰⁸ The New Era in Dress, *Op. cit.*

²⁰⁹ SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²¹⁰ STEELE, *Op. cit.*, p. 143.

²¹¹ LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 226.

²¹² CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p. 184.

²¹³ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 150.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 150.

renovação, além de sexualizar a peça, é notada por Summers como “crescimento e dramática da ‘feminização’”, o que indica “que a ginástica foi percebida como uma ameaça a estabilidade de sexo e gênero.”²¹⁵

A prática de exercícios, de fato, não só obrigava que espartilhos não fossem usados, pois limitavam os movimentos e aumentavam a fadiga, mas ajudava a mulher a adquirir uma espécie “espartilho muscular”. Se antes existia a desculpa da mulher não conseguir suportar seu próprio tronco, agora era permitido fortalecer os músculos do abdômen. E se o espartilho era o item ideal para disfarçar o aparente excesso de peso nessa região, a prática de exercícios possibilitava a eliminação deste. A partir da ginástica, difundiu-se uma imagem nova do corpo feminino, uma postura não arqueada, “simplificada”, associada a imagem do movimento, “de uma dinâmica que os arqueamentos espartilhados não autorizam”.²¹⁶

Os exercícios físicos, entretanto, não deixaram de ser vistos como uma ameaça ao padrão de feminilidade cultivado na Era Vitoriana. Segundo Summers, “a cultivação de tecido muscular foi [...] uma séria transgressão de gênero, pois a força era considerada pela corrente principal da sociedade Vitoriana como uma prerrogativa dos homens biologicamente ordenada”.²¹⁷ Assim como a reforma do vestuário, o corpo trabalhado por exercícios físicos era visto como masculinização do corpo feminino.

Foram desenvolvidos espartilhos esportivos, com materiais mais flexíveis, e lentamente a peça passou a ser substituída por cintas elásticas, que achatavam a cintura ao invés de apertá-la. As mudanças foram lentas, e até o início do século XX existia a identificação daquela mulher que não usava o espartilho com idéias feministas e radicais. O item ainda era considerado pelas classes abastadas como um sinal de superioridade, considerando-se que ele representava também um obstáculo ao trabalho. É somente perto da metade do século XX que a peça perdeu a obrigatoriedade, essencial para a construção da feminilidade, e passou a ser conhecida por seu valor erótico.

No âmbito da moda, no início do século XX, alguns estilistas²¹⁸ decidiram adotar novas formas de silhuetas. Em 1908, Isadora Duncan e Loie Fuller, dançarinas populares, reintroduziram a idéia das roupas fluidas e sem forma. Um ano depois, Paul Poiret utilizou os trajes usados pelo balé russo, popular na capital francesa como fonte de inspiração para revolucionar a moda. Nas coleções de 1909 de Paris, estilistas liderados principalmente por Poiret, apresentaram um novo conceito de vestuário, que abandonava a silhueta produzida pelo espartilho, alterando o ponto de gravidade da cintura para os ombros. Paul Poiret, “em nome da liberdade”, proclamou o fim do espartilho, substituindo-o pelo sutiã. Apesar de ser creditado pela abolição do espartilho, o estilista não foi o único a criar roupas que não exigiam a peça, e a adoção desse vestuário “desespartilhado” também não se deu de imediato. Segundo Steele, pelo contrário, novas formas de espartilho foram produzidas, incorporando materiais que

²¹⁵ *Ibidem*, p. 152.

²¹⁶ VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 128.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 154.

²¹⁸ Esses estilistas não podem ser considerados reformistas do vestuário, pois atuavam por uma motivação artística, e não pelas motivações já citadas dos grupos da reforma.

davam suporte com maior flexibilidade e conforto.²¹⁹ Contudo, é importante ressaltar a idéia apresentada que associa o fim do espartilho com a liberdade, mesmo que seu objetivo inicial não fosse libertar as mulheres, apenas criar uma nova moda.

Por fim, a I Guerra Mundial também provocou mudanças no vestuário. Apesar de não ter extinguido o espartilho, uma vez que o metal utilizado na peça era requisitado para a guerra – havia alternativas a esses metais –, a guerra, indiretamente, também contribuiu para a mudança do vestuário: as mulheres passaram a assumir mais responsabilidades.²²⁰

O desuso do espartilho ocorreu em meio a um processo de contestação dos movimentos pró-saúde e higiene e dos grupos que pediam o fim do vestuário restritivo e seu principal representante, além da maior participação das mulheres nos esportes, principalmente no ciclismo, e da negação entre aquelas mulheres adeptas à moda do século XIX, e também pelos fabricantes do espartilho, revistas, críticos de moda, lojas de departamento. Para Georges Vigarello, a prática do espartilho nunca cedeu, e “continua ainda aceitável, no meio do século, uma estética congelando a aparência feminina em decoração, condenando suas carnes a um inevitável suporte”.²²¹ O autor talvez, aqui, se refira não ao espartilho em si, mas às inúmeras peças do vestuário criadas para “modelar” o tronco feminino. Steele²²² afirma que o espartilho rígido desapareceu durante a década de 1920, mas outras formas de suporte eram utilizadas, como corpetes e cintas (citados no capítulo anterior como alternativas). Os próprios reformistas do vestuário, que condenavam a constrição rígida da cintura, em sua maioria, acreditavam que um suporte para os seios era necessário. Algumas pessoas ligadas ao movimento desenvolveram protótipos de sutiãs, referidos como “suporte”, e os venderam por correspondência ou nos salões em que se reuniam.²²³ No sistema de vestuário de Jenness Miller havia o *bossom support* ou *model bodice*, para mulheres que precisavam de suporte para os seios, mas só era recomendado quando fosse “realmente necessário”.²²⁴

Por esse aspecto, a “libertação” feminina de seu vestuário foi apenas aparente, e até hoje vemos mulheres sujeitas à sua aparência como capital simbólico, como já foi citado por Bourdieu. Segundo Sennet, o esboço histórico da mudança do vestuário pode ser enganoso, pois houve uma revolta contra as restrições, mas não contra as fontes destas. A crítica essencial do autor é ao fato de que as roupas ainda são tomadas como sinal de caráter “e a leitura da personalidade de um estranho a partir das roupas que ele ou ela vestem ainda depende de uma estética de detalhes”.²²⁵ Contudo, no que diz respeito ao peso das roupas e às limitações físicas impostas por elas, é inegável que os movimentos acontecidos no final do século XIX tenham libertado, em certa medida, as mulheres.

²¹⁹ STEELE, *Op. cit.*, p. 147-48.

²²⁰ STEELE, *Op. cit.*, p. 151.

²²¹ VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 119.

²²² STEELE, *Op. cit.*, p. 153.

²²³ SUMMERS, *Op. cit.*, p. 158.

²²⁴ CUNNINGHAM, Patricia. *Reforming women's fashion, 1850-1920*. Ohio: Kent State University Press, 2003, p. 84.

²²⁵ SENNET, *Op. cit.* p. 229-30.

CONCLUSÃO

A mentalidade de épocas passadas – e uma mentalidade que ainda pode ser percebida hoje, mas mais discreta – entende a mulher como esposa e mãe, um ser a serviço do homem. Para a construção da imagem dessa mulher, seu vestuário foi essencial, caracterizado por valorizar o que seria seu papel fundamental: a reprodução. Se suas roupas criavam essa imagem, também influenciavam em como a mulher se percebia. A roupa não apenas cobre o corpo, ela produz significados que refletem o contexto no qual estão inseridas; além de fonte documental, a roupa pode ser estudada como a linguagem entre o corpo físico e o corpo vestido, articulando conceitos e idéias de épocas e povos.

O espartilho pode refletir o aprisionamento físico, que acompanhava o aprisionamento emocional, em um mundo predominantemente masculino. Um pouco desta percepção estava presente nos debates acerca da peça: médicos percebiam que o corpo feminino sofria com a compressão, reformistas do vestuário viam como um item do vestuário prejudicava a liberdade da mulher e adoradores da bicicleta sentiam as limitações impostas pela peça. Alegando o sentimento de sufoco ou não, jovens já procuravam alternativas para o espartilho, mais leves, as quais permitissem maior movimentação do corpo.

A presença desses debates no jornal *New York Times* foi trabalhada aqui menos como um veículo que influenciava seus leitores, mas mais como um observador do que estava acontecendo na sociedade. Nesse sentido, e dado o caráter deste trabalho, a mídia apareceu não como uma formadora de opinião, mas como o reflexo de uma mudança de pensamento; não por seu impacto na população, mas pelo cenário que permitiu produzir. Seus artigos mostraram por vezes a reprodução do discurso de especialistas, em outras, a indignação de seu escritor, além das pequenas transformações que, se acompanhadas com a história da moda, tornaram-se grandes mudanças. Ter um jornal como o *New York Times* – que apesar de estar em um período de dificuldades, já era importante para a sociedade norte-americana – abordando esses assuntos é sinal que as reclamações contra o espartilho eram significativas, e não esparsas, que aconteciam uma vez ou outra. Além do jornal, outras fontes, como diários, “manuais” para mulheres, revistas especializadas (femininas ou médicas), livros da época, caricatura etc., podem contribuir para novas percepções em futuros estudos sobre o espartilho.

A história das mulheres pode ser contada de diversas maneiras. Pode-se apontar suas fragilidades, sua submissão ou optar por suas lutas e emancipação. Para esta pesquisa, foi escolhido um item do seu vestuário, cujo estudo trouxe alguns desses apontamentos. Contudo, algumas lacunas restam, por exemplo, se a mulher era dominada pelo espartilho, por que muitas se sentiam felizes nessas peças? O estudo do espartilho não se restringe a sua opressão, assim como a história das mulheres não está restrita à sua submissão. Algumas abordagens de igual importância ficaram excluídas desta pesquisa, tais como as teorias da moda e as noções de conforto, a expressão artística do vestuário e o fetiche. Mais do que *ser* um repressor, o

espartilho assumiu o *valor* de repressor, e para alguns, não para todos. Assim como atuou como item de embelezamento, que permitia a manutenção do status social, quando não sua ascensão, foi vinculado a fantasias que persistem até hoje, o que atribuiria outros valores para a peça. Esta pesquisa é apenas uma parte da história das mulheres pelo espartilho, que buscou entender quais as possíveis relações que a emancipação política feminina teria com a sua “ vaidade”, com o seu embelezamento ou com a manutenção da sua aparência conforme as normas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

The New York Times, New York, de 1890 a 1895. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em: meses de abril a setembro de 2010.

Lista de textos pesquisados:

AMONG THE WHEELMEN. *The New York Times*, New York, p. 7, 8 jan. 1895.

FRESH CENSURE OF THE CORSET: prominent medical testimony against any use of stays. *The New York Times*, New York, p. 12, 12 fev. 1893.

FOR THE LIBERATED WOMEN: those valiant ones who will give up the binding corset. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894.

GRAND ARMY POSTS ACCUSED. National council of women in session. *The New York Times*, New York, p. 8, 08 mai. 1894.

HEALTH AND SANITATION. This was the theme on the second day of the Civic-Philanthropic Conference. Views of learned experts. *The New York Times*, New York, p. 3, 14 out. 1897.

HER POINT OF VIEW. *The New York Times*, New York, p. 13, 31 ago. 1890.

HER POINT OF VIEW. *The New York Times*, New York, p. 12, 28 jun. 1891.

MODERATION IN CYCLING. Who should ride and what precautions are wise. Benefit or danger may result overexertion to be avoided. What doctors say in favor of the exercise. A boon for women. *The New York Times*, New York, p. 15, 27 out. 1895.

MORE FOR CLOTHES REFORM. Denver women banding together in a movement for a rational dress. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894.

SAVED BY A CORSET STEEL. Pollak failed to kill his wife but ended his own life. *The New York Times*, New York, p. 03, 03 dez. 1891.

THE NEW ERA IN DRESS. *The New York Times*, New York, p. 12, 06 set. 1891.

THE WHEELASA REFORMER. What one woman's bicycle has taught her about clothes. Rational dress comes naturally. *The New York Times*, New York, p. 27, 01 dez. 1895.

WHAT WOMAN MAY WEAR. Not corsets, of all things, said Mrs. M.S. Lawrence. Her illustrated lecture on dress girls of the teachers college learn much of value concerning healthy clothing. One man at the lecture. *The New York Times*, New York, p. 16, 22 mai. 1895.

WOMEN TALK ABOUT DRESS. Long skirts and corsets, condemned by the National Council. Picked shoes and high heels, too. Loosely-fitting gowns advocated – Frances E. Seavey tells what bicycle girls should wear. *The New York Times*, New York, p. 13, 28 fev. 1895.

BIBLIOGRAFIA

ALLENDE, Isabel. *A casa dos espíritos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47.

CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. p. 81-100.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2006.

CUNNINGHAM, Patrícia. *Reforming women's fashion, 1850-1920*. Ohio: Kent State University Press, 2003.

DAVIS, Elmer. *History of the New York Times 1851-1921*. New York: The New York Times, 1921. Disponível em <www.questia.com/PM.qst?a=o&d=9199060>. Acesso em set. de 2010.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

LAVIER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIMA, Laura Ferrazza de. *Vestida de frivolidades: a moda feminina em suas visões estrangeira e nacional na revista O Cruzeiro de 1929 a 1948*. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 2009.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAFFESSOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.

PERROT, Michelle et all. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, Michelle. O silêncio dos corpos. In: Matos, M. I. S e Soihet, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-28.

ROBBINS, Louise Barnum. *History and Minutes of the National Council of Women*. Charleston: Bibliobazaar, 1898.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu*. Perspectiva. Florianópolis, v.21, n. 1, p. 121-149, jan./jul. 2003.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STEELE, Valerie. *Fetichismo: moda, sexo e poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007.

SUMMERS, Leigh. *Bound to please: a history of the Victorian corset*. Oxford: Berg Publishers, 2001.

TALESE, Gay. *O reino e o poder: uma história do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VILLAÇA, Nízia e GÓES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

XIMENES, Maria Alice. *Corpo e roupa: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino no século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2004. Disponível em http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls00033_0084. Acesso em out. 2010.

IMAGENS

BALLIN, Ada S. The use and abuse of corsets. In: *Science of dress*. London, 1885. Disponível em http://en.wikisource.org/wiki/Science_of_Dress/Chapter_X.

BICYCLE, SEWING MACHINE -- it's all technology. Punch, 12 jan. 1895. Disponível em <http://www.victorianweb.org/periodicals/punch/15.html>.

ONE OF THE delightful results of bloomerism. - the ladies will pop the question. Punch, jul. - dez. 1851. Disponível em <http://www.victorianlondon.org/punch/cartoon17.htm>.

STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007.

THE CORSET QUESTION, *Family Doctor – and people's medical adviser*, n. 251, 21 dez. 1889. Disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/File:TheFamilyDoctorDec21_1889page255cut.png.

THE LIBERATED WOMEN: those valiant ones who will give up the binding corset. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894

XIMENES, Maria Alice. *Corpo e roupa: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino no século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2004.

ANEXO 1



Figura 1. Diversas formas de espartilho retratadas em um artigo sobre o espartilho higiênico. Fonte: *THE CORSET QUESTION*, *Family Doctor – and people's medical adviser*, n. 251, 21 dez. 1889. Disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/File:TheFamilyDoctorDec21_1889page255cut.png.



Figura 3. *Suspeita*. Fonte: XIMENES, Maria Alice. *Corpo e roupa: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino no século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2004.



Figura 2. *Madre Natura Versus the Moloch of Fashion*, por Luke Limner, 1874. Fonte: STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007.

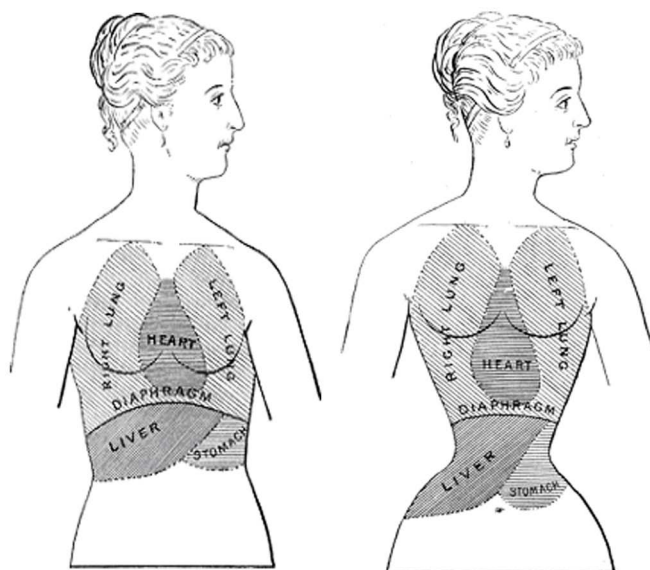


Figura 4. À Esquerda, figura da posição normal dos órgãos. À Direita, figura da disposição dos órgãos em um corpo espartilhado. Fonte: BALLIN, Ada S. The use and abuse of corsets. In: *Science of dress*. London, 1885. Disponível em http://en.wikisource.org/wiki/Science_of_Dress/Chapter_X.



Figura 5. *Superior Creature*. "Say! oh, Say, dearest! will you be mine?"
One of the delightful results of bloomerism. - the ladies will pop the question. *Punch*, jul. - dez. 1851. Disponível em <http://www.victorianlondon.org/punch/cartoon17.htm>.

Gertrude. "My dear Jessie, what on earth is that bicycle suit for?"
 Jessie. "Why, to wear, of course."
 Gertrude. "But you haven't got a bicycle!"
 Jessie. "No: but I've got a sewing machine!"

Figura 6. *Bicycle, sewing machine -- it's all technology.* Punch, 12 jan. 1895. Disponivel em <http://www.victorianweb.org/periodicals/punch/15.html>.



Figura 7. *For afternoon wear.* Fonte: FOR THE LIBERATED WOMEN: those valiant ones who will give up the binding corset. *The New York Times*, New York, p. 18, 20 mai. 1894



Serrez! Serrez!
Ser... Crac!!!

Figura 8. *Fine taille, horribles details*, de Dr. G. J. Witkowski, *Tetoniana*, 1898. Fonte: STEELE, Valerie. *The corset: a cultural history*. New Haven & London: Yale University Press, 2007.